

Universidade de Évora - Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

Relatório de Estágio

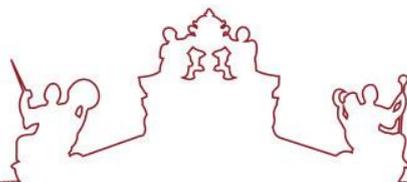
**Estágio Universitário na Câmara Municipal de Évora -
Caracterização das áreas desportivas cobertas para
atualização da Carta Desportiva Municipal**

Vasco Paulino Vieira de Andrade

Orientador(es) | Bruno Emanuel Nogueira Figueira
Maria Teresa da Silva Vale Fernandes Engana

Évora 2025





Universidade de Évora - Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

Relatório de Estágio

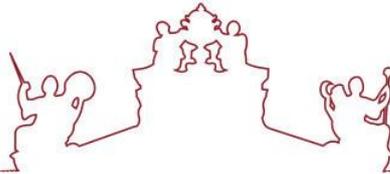
**Estágio Universitário na Câmara Municipal de Évora -
Caracterização das áreas desportivas cobertas para
atualização da Carta Desportiva Municipal**

Vasco Paulino Vieira de Andrade

Orientador(es) | Bruno Emanuel Nogueira Figueira
Maria Teresa da Silva Vale Fernandes Engana

Évora 2025





O relatório de estágio foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano:

Presidente | Jorge Duarte Bravo (Universidade de Évora)

Vogais | Bruno Emanuel Nogueira Figueira (Universidade de Évora) (Orientador)
João Malta (Universidade de Évora) (Arguente)

Évora 2025



Estágio Universitário na Câmara Municipal de Évora – Reformulação e Atualização da Carta Desportiva Municipal

Resumo

Este documento diz respeito a um estágio do autor, decorrido na Câmara Municipal de Évora, onde o próprio ficou responsável pela atualização da Carta Desportiva do Concelho. Desta forma, são aqui explorados e referidos os métodos utilizados, os objetivos pretendidos e em vista, os obstáculos e dificuldades encontrados bem como as conclusões e reflexões subjacentes.

A Carta Desportiva, ainda que desvalorizada e pouco aproveitada nas autarquias locais, constitui-se um instrumento bastante útil e estratégico no que diz respeito ao planeamento e utilização dos espaços e instalações desportivos municipais. Menosprezada pelos demais, deveria auxiliar na gestão, manutenção e controlo desportivos. A ausência, ou não atualização, deste documento desencadeia lacunas e problemas de cariz, não só desportivo, como também social a nível do concelho.

Este trabalho prende-se com a necessidade e interesse por parte da autarquia em atualizar o documento, visto encontrar-se desatualizado e fora de vigor com informações não atuais bem como o facto de infraestruturas e instalações desportivas já não constarem na carta desportiva municipal. Desta forma, o município conseguirá promover com maior facilidade melhores condições aos munícipes no que diz respeito à prática de atividade física.

Palavras Chave: Gestão Desportiva; Políticas Desportivas; Desporto Autárquico

University Internship at Évora City Council – Reformulation and Update of the Municipal Sports Charter

Abstract

This document concerns the author's internship, which took place at Évora City Council, where he was responsible for updating the Municipality's Sports Charter. In this way, the methods used, the intended and intended objectives, the obstacles and difficulties encountered as well as the underlying conclusions and reflections are explored and mentioned here.

The Sports Charter, although undervalued and little used in local authorities, is a very useful and strategic instrument with regard to the planning and use of municipal sports spaces and facilities. Disparaged by others, it should help with sports management, maintenance and control. The absence, or failure to update, of this document triggers gaps and problems of a sporting nature, but also of a social nature at the municipality level.

This work is related to the need and interest on the part of the municipality to update the document, as it is outdated and out of force with information that is not current, as well as the fact that sports infrastructures and facilities are no longer included in the municipal sports charter. In this way, the municipality will be able to more easily promote better conditions for its residents with regard to physical activity.

Keywords: Sports Management; Sports Policy; Local Sport

Agradecimentos

Seguem-se os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradecer à minha família que sempre me apoiou e incentivou para que nunca desistisse quando o tempo, a paciência e a disposição eram diminutos, que sempre questionou sobre o estado do trabalho e que, de forma inconscientemente, demonstrava preocupação ao querer saber e perguntar. Foram os pequenos que conferiram significado a isto.

Agradecer aos meus orientadores que foram inexcedíveis quer comigo, quer com este trabalho, que trataram como se fosses deles.

Um obrigado enorme à Divisão da Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Évora que desde o primeiro dia me acolheu como se fizesse parte da casa há anos

Muito Obrigado a todos!

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	10
ÍNDICE DE TABELAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS.....	12
1. INTRODUÇÃO	13
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
2.1 Desporto e Conceitos.....	15
2.2 Políticas Públicas e Desporto	17
3. Desporto Autárquico	21
3.1 Instalações e Equipamentos Desportivos	24
3.2 Modelos de Gestão do Desporto Municipal	26
3.3 Instrumentos de Regulação Desportiva	27
4. CARACTERIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA	28
4.1 Localização e Contexto.....	28
4.2 Câmara Municipal de Évora (CME)	30
4.3 População.....	32
5. CARTA DESPORTIVA	34
5.1 Conceitos e Terminologia	36
6. OBJETIVOS	39
6.1 Objetivos	39
7. METODOLOGIA.....	40
7.1 Metodologia	40
8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
8.1 Fichas Técnicas das Instalações	41
8.1.1 Programação de Equipamentos Desportivos	41
8.2 Caracterização das Instalações Desportivas	42
8.2.1 Pavilhão Desportivo da EB 2/3 Conde Vilalva	44
8.2.2 Sala de Desporto da EB 2/3 Conde Vilalva.....	45
8.2.3 Pavilhão Desportivo da EB1/JI Manuel Ferreira Patrício.....	46
8.2.4 Pavilhão Desportivo da EB 2/3 André de Resende.....	47
8.2.5 Pavilhão Desportivo da Escola Secundária André de Gouveia.....	48
8.2.6 Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Severim de Faria.....	49
8.2.7 Sala de Desporto da Escola Secundária Severim de Faria	50
8.2.8 Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Gabriel Pereira	51
8.2.9 Sala de Armas da Escola Secundária Gabriel Pereira.....	52

8.2.10	Piscina Municipal Coberta	53
8.2.11	Sala de Desporto EB 2/3 Santa Clara	54
8.2.12	Sala de Desporto da EB1 Galopim de Carvalho	55
8.2.13	Sala de Desporto da EB1 Canaviais	56
8.4	Área Desportiva	57
8.5	Utilização das Instalações Desportivas.....	63
8.6	Normativa Europeia por Equipamento	67
8.7	Licenciamento de Instalações Desportivas	68
9	ATIVIDADES REALIZADAS NA CME	70
10	CONCLUSÕES	74
10.1	Limitações do Estudo	75
10.2	Estudos Futuros.....	75
11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - A Administração Desportiva Pública Portuguesa.....	18
Figura 2 - Organização do Município	23
Figura 3 - Mapa do Concelho de Évora	28
Figura 4 - Mapa das Freguesias do Concelho de Évora	29
Figura 5 - Habitantes do Concelho de Évora por freguesia, sexo e grupo etário.....	33
Figura 6 - Exemplo de Ficha Técnica.....	37
Figura 7 - Ficha Técnica Pavilhão EB 2/3 Conde Vilalva.....	44
Figura 8 - Ficha Técnica da Sala Desportiva Conde Vilalva.....	45
Figura 9 - Ficha Técnica do Pavilhão EB1/J1 Manuel Ferreira Patrício.....	46
Figura 10 - Ficha Técnica do Pavilhão André de Resende.....	47
Figura 11 - Ficha Técnica Pavilhão André de Gouveia.....	48
Figura 12 - Ficha Técnica Pavilhão Severim de Faria	49
Figura 13 - Ficha Técnica da Sala de Desporto da Severim de Faria	50
Figura 14 - Ficha Técnica do Pavilhão Gabriel Pereira	51
Figura 15 - Ficha Técnica da Sala de Armas da Gabriel Pereira.....	52
Figura 16 - Ficha Técnica da Piscina Coberta Municipal.....	53
Figura 17 - Ficha Técnica da Sala de Desporto de Santa Clara.....	54
Figura 18 - Ficha Técnica da Sala de Desporto da Galopim do Carvalho	55
Figura 19 - Ficha Técnica da Sala de Desporto dos Canaviais	56
Figura 20 - Número de horas utilizadas por Instalação Desportiva no ano de 2023....	64
Figura 21 – Taxas de Aproveitamento dos Pavilhões e Salas	65
Figura 22 - Utilização anual dos pavilhões por entidade no ano de 2023.....	66
Figura 23 - Total de Horas de Utilização de Instalação por Entidade em %	66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Habitantes do Concelho de Évora por freguesia e sexo	32
Tabela 2 - Critérios de Programação de Instalações Desportivas	42
Tabela 3 - Instalações Desportivas Cobertas de Gestão Municipal e tipologia por freguesia.....	43
Tabela 4 - Medições das linhas das modalidades por Instalação Desportiva	57
Tabela 5 - Utilização dos Pavilhões e Salas de Desporto no ano de 2023	63
Tabela 6 - Critérios de Programação de Instalações Desportivas	67

LISTA DE ABREVIATURAS

ADU – Área Desportiva Útil

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

CME – Câmara Municipal de Évora

DGOT – Direção Geral do Ordenamento do Território

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DJD – Divisão de Juventude e Desporto

GOP – Grande Opção de Plano

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude

LBDAF – Lei de Bases da Atividade Física

MDGD – Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

PDM – Plano Diretor Municipal

RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação

1. INTRODUÇÃO

O presente documento diz respeito ao Estágio Curricular realizado no 3º semestre inserido no quadro de estudos do Mestrado em Direção e Gestão Desportiva (MDGD), integrado na Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade de Évora. O trabalho em causa foi elaborado com o propósito da obtenção do grau de mestre. O estágio decorreu na Câmara Municipal de Évora (CME), mais concretamente na Divisão da Juventude e Desporto (DJD), e teve início em outubro de 2023 e término em junho de 2024.

O desenho de estudo, foi entregue em outubro de 2023. Ainda que, com alguns dos objetivos delineados, tivemos de alterar o objetivo principal do trabalho. A Carta Desportiva, por se constituir um documento fulcral na gestão desportiva do município, exige também maior número de recursos, principalmente a nível pessoal. Assim, juntamente com os orientadores quer de estágio quer da entidade que acolheu o autor, acordou-se que seria mais exequível realizar um trabalho que estivesse ao alcance do autor e que o próprio conseguisse desenvolver com os recursos disponíveis indo de encontro à temática inicial. Optou por se fazer uma caracterização da área desportiva útil coberta de Gestão Municipal ao invés de nos direcionarmos para o panorama abrangente e extenso daquilo que é a Carta Desportiva na sua íntegra.

O estágio e o seu relatório tiveram como orientadores a Dra. Teresa Engana, chefe da Divisão de Juventude e Desporto e o Professor Doutor Bruno Figueira, docente da Universidade de Évora.

A realização deste estágio permitiu a observação daquilo que é um serviço municipal promotor da atividade física, prática desportiva e estilos de vida saudável bem como a participação ativa neste setor e o enquadramento no mesmo.

No decorrer do primeiro ano do Mestrado em Direção e Gestão Desportiva, foram-nos transmitidos conhecimentos e noções, alguns com os quais já estava familiarizado, mas outros nem tanto. Assim, na entidade que me acolheu, CME, pude colocar em prática grande parte da aprendizagem efetuada mediante a realização de tarefas que me eram solicitadas, no planeamento e organização das mesmas, bem como na participação em iniciativas e eventos dirigidos e coordenados também pela DJD.

Este trabalho prende-se com a necessidade e interesse por parte da autarquia em atualizar o documento, visto encontrar-se desatualizado e fora de vigor com informações erradas, bem como o facto de infraestruturas e instalações desportivas cobertas já não constarem na carta desportiva municipal.

Os principais objetivos deste trabalho foram caracterizar a área desportiva útil coberta de gestão municipal, quantificá-la, conhecer um pouco da realidade desportiva do concelho de Évora e cruzar dados de modo a aferir e compreender o impacto desportivo na comunidade.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Desporto e Conceitos

Desporto corresponde a todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm como finalidade a expressão ou o aprimorar da condição física e psicológica, o desenvolvimento social ou a obtenção de resultados em competições (Carta Europeia do Desporto, 1992)

Na Lei de Bases da Atividade Física, Decreto de Lei nº5/2007 de 16 de janeiro, artigo 2º, lei que estipula as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, são mencionados os princípios da universalidade e da igualdade. Estes dois princípios ditam que todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções, políticas ou ideologias, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual e que a atividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação não discriminatória entre géneros.

O desporto, para a Comissão Europeia, é visto como essencial à educação formal e informal dos cidadãos, transmitindo valores que contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento, promovendo motivação, conhecimento, esforço, dedicação e resiliência (Magalhães, 2012).

A prática desportiva remonta aos primórdios da história do Homem e da sua evolução, embora com interpretações de execução diferentes da atual. A caça, por exemplo, que surge nos tempos mais remotos, é, ainda hoje, encarada como desporto bem como a corrida e todas as suas ramificações. Com o avançar e evolução dos tempos, podemos observar o desenvolvimento das estruturas desportivas que, entretanto, surgiram, quer na sua forma, quer no seu propósito (Camacho, 2018).

Carvalho (1994) escreve que durante os últimos 20 anos, a prática desportiva evoluiu de forma exponencial no que diz respeito ao número de participantes, em qualquer tipo ou forma de desporto, estando em constante evolução e desenvolvimento. Assim, o Desporto, de acordo com o autor acima mencionado, ocupa um patamar de importância acentuada na comunidade sendo que uma maior percentagem da população pratica atividade física.

Segundo Matos (2013), o desporto é um produto e um processo gerador de educação, de cultura e de economia no panorama geral da sociedade, detendo um papel de elevada relevância. O autor refere ainda que o desporto atinge uma diversidade muito ampla de valores que configuram a sociedade moderna e que constitui uma forma de envolvimento social dado que cria padrões de envolvimento quer para os praticantes, quer para os consumidores e

produtores, que podem ser estabelecidos através de processos eminentemente afetivos e de conhecimento.

O desporto tem vindo a conquistar uma dimensão cada vez mais preponderante no quotidiano, uma vez que concebe princípios e valores, promove a inserção, integração e igualdade pelo próximo, não se questionando os benefícios que acarreta na vida do ser humano (Ferreira, 2019).

De acordo com Carvalho, Ferreira, Sousa e Paípe (2023), cada vez mais valorizado pela sociedade com o decorrer dos anos, o Desporto e a atividade física vingam pelas vantagens e benefícios que lhes são reconhecidos, seja na vertente da saúde, pelo bem-estar físico e psicológico que proporcionam, pelo lazer e prazer que despoletam através da sua prática. Deste modo, o número de praticantes tem vindo a aumentar significativamente, bem como os espetadores e apoiantes.

O desporto é encarado como um fenómeno omnipresente e omnipotente nos dias que correm e, quando comparado com outras realidades, especialistas afirmam que o Desporto pauta o quotidiano não só para aqueles que o praticam, como também para aqueles que assistem e dele falam (Machado, Sarmiento e da Silva, 2020).

O universo desportivo é caracterizado como um excelente campo de observação da sociedade onde podemos encontrar elementos para conceber modelos ideias de análise social, podendo servir também como catalisador para nos ajudar a descobrir formas de pensamento e conjurar modelos de ação através dos quais podemos compreender melhor a integração do ser humano na comunidade (Magalhães, 2012)

2.2 Políticas Públicas e Desporto

Em Portugal, as autarquias são um dos locais onde a gestão do desporto exerce um importante papel, indispensável para o desenvolvimento do desporto, pois são os órgãos políticos mais próximos da população (Tavares, 2016).

De acordo com vários autores, a política pública trata-se de um entendimento abrangente, é encarada como um processo de negociação e acordo entre atores públicos e privados que interagem entre si com o propósito de potenciar recursos e informações num contexto institucional concreto (Camacho, 2018).

O grande desafio das políticas públicas desportivas, e de quem as define, passa pela criação de métodos e programas que permitam a satisfação das necessidades individuais de muitos, tendo, obrigatoriamente, de abandonar as políticas de curto prazo, que originam maior impacto mediático e, como se afirma “valem votos”, e substituí-las pela implementação de “projetos de desenvolvimento”, a médio e longo prazo, “com resultados mais sustentados e duradouros” (Figueira, 2018).

Cabe a cada município incorporar e desenvolver as suas políticas desportivas, dado que na Constituição portuguesa são apresentadas as diretrizes pelas quais as autarquias e outras entidades se devem orientar e guiar no que diz respeito ao contexto desportivo da sua região.

As Políticas Desportivas nunca podem ser conjeturadas apenas numa perspetiva desportiva, tendo de ser sempre enquadradas numa perspetiva mais abrangente e ampla, mais macro que inclua diversos domínios como o lazer, saúde ou economia. Assim sendo, o resultado desportivo alcançado por uma certa equipa de futebol tem diferentes significados para o político, dirigente desportivo e para o espetador (Rebelo, 2019).

O mesmo autor faz ainda referência ao artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, onde consta que:

1. “A organização democrática do Estado compreende a existência das autarquias locais”.
2. “As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.
- 3.

Na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, mais concretamente no decreto de Lei nº5/2007 de 16 de janeiro, são retratadas as competências legais das autarquias no que toca

à promoção da atividade física. Em alguns artigos podem ser observados pressupostos chave ligados a essas mesmas competências.

- Artigo n.º 4 – “Princípio de Coesão e da Continuidade Territorial”, “o desenvolvimento da atividade física e do desporto é realizado de forma harmoniosa e integrada, com vista a combater as assimetrias regionais e a contribuir para a inserção social e a coesão nacional”.

- Artigo n.º 6 – as políticas públicas devem ser responsabilidade do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, tendo como responsabilidades a promoção e generalização da atividade física, promovendo a construção de espaços adequados à prática, onde se incentivem estilos de vida saudáveis.

Figura 1 - A Administração Desportiva Pública Portuguesa



Fonte: Sousa, J. (2013). *A gestão do desporto municipal*

É de conhecimento geral que as autarquias foram, e são, o motor do desenvolvimento local em Portugal, assumindo um papel preponderante e imprescindível no desporto nacional, sendo responsáveis por grande parte do investimento nacional em infraestruturas e programas desportivos. Isto deve-se ao facto de serem entidades mais próximas da população e, como tal, mais aptas e indicadas para atenderem às necessidades da população (Machado et al, 2020).

O poder social que o poder local tem, muitas vezes, de desempenhar, o apoiar ao movimento associativo, às populações desfavorecidas bem como às populações com necessidades físicas especiais, o equilíbrio entre as possíveis receitas e custos indispensáveis, devem orientar todo o pensamento estratégico dos gestores públicos (Feitais, 2008).

O poder central já não é o único interveniente, tendo como aliados, e de grande relevância, o poder local, o movimento do desporto local e o movimento associativo. Desta forma, é através da cooperação entre todos os agentes que o desenvolvimento desportivo se dará (Carvalho, 1994). O mesmo autor refere ainda que o desporto e a política estabelecem uma relação intrínseca e recíproca entre si.

No âmbito da organização democrática do Estado, sendo consagrado constitucionalmente, as autarquias são caracterizadas como pessoas coletivas territoriais que visam a prossecução dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo assim de atribuições em vários domínios, materializado por um vasto leque de competências. No que toca a “tempos livres e desporto”, a atribuição desta área às autarquias, confere-lhes um alargado índice de intervenção suportado não só, pela interação entre desporto e outros domínios como a economia, saúde e cultura, como também com o crescimento da importância direcionada para a prática de atividade física e desportiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população (Sousa, 2013).

De acordo com Machado et al (2020), a atuação de uma organização com responsabilidades no desenvolvimento desportivo, não se pode basear em pressupostos subjetivos, pouco fundamentados e de carácter pontual. Pelo contrário, deve ser planeada, devidamente projetada, estipulada e estruturada, enaltecendo a importância e necessidade de desenvolver planos estratégicos.

Com a evolução do desporto e crescimento da adesão à prática de atividade física, as autarquias sentem-se cada vez mais pressionadas a satisfazer as necessidades da população, adotando um papel progressivamente interventivo e proativo.

O desporto no seu sentido mais lato, tem tido uma evolução contínua no que toca a políticas públicas, mais concretamente no prisma interventivo dos municípios, congregando cada vez mais meios e recursos para o desenvolvimento, implicando, desta forma, a criação e organização de estruturas dotadas de recursos humanos qualificados para corporizar e concretizar as respetivas políticas desportivas. Não descurando, é de fulcral importância dotar as unidades orgânicas ou serviços municipais de recursos humanos e equipamentos adequados e ajustados à sua dimensão de modo a que possam responder e atender com eficácia e eficiência às populações que representam os destinatários das políticas desportivas (Sousa, 2013).

É importante frisar que o desporto teve um desenvolvimento significativo num passado recente graças aos apoios estatais e comunitários para o desporto, auxiliando a evolução e requalificação de equipamentos desportivos, melhorando na promoção de informação para a população. Assim, as políticas desportivas locais podem ser vistas como um catalisador essencial para a promoção da inclusão social devido à sua proximidade com a população (Camacho, 2018).

As autarquias locais, tanto no traçar dos objetivos, como na gestão e definição de novas políticas desportivas, devem ser criativas e inovadoras logo, é fundamental estabelecer inicialmente, que produtos desportivos pretende a autarquia potenciar desenvolver, bem como a

coordenação e cooperação entre os diversos níveis de intervenção e, concomitantemente, a disponibilização de recursos materiais, humanos e financeiros (Carvalho et al, 2023).

Assim como qualquer alicerce fundamental no desenvolvimento de uma comunidade, é imprescindível que haja uma gestão responsável, ponderada, pensada e competente para que, desta forma, seja possível proporcionar à população condições favoráveis à prática desportiva para que delas usufruam e retirem o maior partido que o desporto e a atividade física podem conferir.

A autarquia tem um papel indispensável no que diz respeito a promover a melhoria de condições à população, assim como no desporto, quando corretamente orientado, constitui uma ponte importante entre a comunidade e o progresso social e o desenvolvimento de uma região (Carvalho et al, 2023).

3. Desporto Autárquico

O desporto tem vindo a acentuar a sua importância e a impor, cada vez mais, o seu papel preponderante e indispensável no quotidiano das pessoas. Nos últimos anos conseguiu um crescimento exponencial e significativo onde, um dos principais responsáveis pelo seu desenvolvimento, é a autarquia que promove e fomenta condições para a prática desportiva dos cidadãos.

O desporto é encarado como um fenómeno e social com uma importância cada vez mais reconhecida e vinculada, dados os benefícios e contributos da prática de atividade física na qualidade de vida das pessoas. Desta forma, tem vindo a conquistar espaço e a afirmar-se nas prioridades políticas quer a nível central quer a nível local. O autor refere ainda que o desporto muito provavelmente será um dos setores com mais importância na configuração social do século, descrevendo-o como um fenómeno macro e microsocial devido à sua integração na sociedade (Sousa, 2013).

É importante realçar que o desporto teve um desenvolvimento acentuado num passado recente, devidos aos apoios quer governamentais quer comunitários para a prática desportiva, contribuindo para o desenvolvimento, renovação e implementação de equipamentos desportivos e na informação dirigida à população para aquisição de hábitos e vida saudável. Face ao descrito, surge a necessidade da definição de uma nova política de desporto numa perspetiva nacional e regional. O conhecimento das necessidades da população abre precedente a que surjam assimetrias ao longo do país, nas propostas, planos e projetos nas autarquias para o desenvolvimento do desporto, dada a interpretação que cada decisor político assume perante a legislação publicada e a sua sensibilidade para esta matéria (Camacho, 2018).

De acordo com Guerreiro (2023), as Câmaras Municipais, órgãos com atribuições e competências fundamentais, são um meio fundamental para o Estado, na medida em que servem os cidadãos e as organizações, dão resposta às aspirações e desejos da sociedade e ainda contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. As autarquias ao conceberem estratégias de intervenção desportiva no seu contexto local, estão a criar e promover condições sob o ponto de vista da prática desportiva para toda a população do seu município. O autor refere ainda os seguintes pressupostos:

1. Generalização do acesso à prática do Desporto procurando aumentar os níveis de participação e frequência dos diferentes segmentos etários e sociais da população
2. Criação de infraestruturas com impacto direto sob o crescimento desportivo

3. Melhoria da qualidade das atividades e práticas desportivas no plano material, humano e logístico
4. Cooperação com a sociedade civil, designadamente o associativismo desportivo e iniciativa privada.
5. Modernização da Gestão e Administração das estruturas municipais.

Segundo Ferreira (2019), o desporto tem vindo a impor-se e a conquistar relevo no manancial de prioridades e preocupações de muitas câmaras municipais dado que representa uma área cada vez mais valorizada pela sociedade, com impactos positivos na saúde dos praticantes e como instrumento de promoção turística com elevada repercussão mediática. É possível observar investimentos significativos em profissionais, equipamentos, programas, eventos e iniciativas desportivos pelo país. Há, inclusive, câmaras municipais que têm adotado o desporto para os seus lemas ou slogans, como “capital do desporto” ou “cidade do desporto”.

É comum afirmar que as autarquias são das entidades com impacto e intervenção mais assinaláveis na estrutura do sistema desportivo e as principais financiadoras do associativismo e própria atividade desportiva. Logo, é notório e fundamental o papel que as autarquias desempenham no âmbito do fomento e desenvolvimento do desporto. Este papel decorre da incumbência aos municípios da concretização do princípio constitucional do direito ao desporto, após se constatar que os mesmos são parte integrante do próprio estado (Magalhães, 2012).

Camacho (2018) escreve que as políticas desportivas das autarquias podem ser caracterizadas como um meio essencial para promover e inclusão social devido à sua proximidade para com a população. Desta forma, deve ser implementada uma visão democrática da política desportiva e, quer as decisões sejam a nível macro (nacional) ou micro (regional), devem respeitar a lei. Assim sendo, as medidas adotadas e implementadas pelos municípios com vista a promover, orientar, coordenar, apoiar e regular o processo de desenvolvimento desportivo, devem, impreterivelmente, ter o envolvimento, participação e intervenção dos munícipes e organizações desportivas locais.

De acordo com a Lei de Bases da Atividade Física, artigo 8º, o Estado, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, concebe e estabelece uma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica de modo a promover o acesso à prática de atividade física e desportiva nos seus vários estratos e para toda a população. Ainda segundo a Lei de Bases, artigo 8º, número 3, é referido nas seguintes alíneas que o Estado é responsável por

- a) assegurar a realização de planos e programas que regulem o acesso a financiamentos públicos e que diagnostiquem as necessidades e, conseqüentemente elaborem estratégias, prioridades e critérios de desenvolvimento desportivo;
- b) Estabelecer e desenvolver um quadro legal que regule a edificação e utilização dos espaços e infraestruturas para a prática de atividade física e desportiva bem como a concessão das respetivas licenças de construção e utilização;
- c) Adotar as medidas adequadas à melhoria das condições de acessibilidade, de segurança, e de qualidade ambiental e sanitária nas infraestruturas e equipamentos desportivos públicos.

Figura 2 - Organização do Município



Fonte: Sousa, J. (2013). *A gestão do desporto municipal*

De acordo com Sousa (2013), a missão das autarquias incide sob criar, melhorar, democratizar e aumentar as condições de acesso da população à prática do desporto e da atividade física. O mesmo autor estabelece os vários domínios de atuação e intervenção da autarquia na vertente desportiva alegando que a mesma deve:

1. Conceber, construir e gerir instalações e espaços desportivos
2. Apoiar e fomentar o associativo desportivo
3. Organizar e gerir programas, iniciativas, eventos e espetáculos desportivos
4. Apoiar o Desporto Escolar
5. Promover, organizar e gerir indicadores, documentação e estudos de natureza desportiva.
6. Licenciar e fiscalizar em processos de natureza desportiva no âmbito das competências legais
7. Formar e qualificar agentes desportivos

3.1 Instalações e Equipamentos Desportivos

Ferreira (2022) escreve que os equipamentos e serviços representam recursos fundamentais na garantia da equidade de oportunidades e de direitos dos cidadãos, em matéria de habitação, saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto e lazer.

O desporto autárquico, constitui-se, atualmente, como um dos parâmetros detentores de maior importância para as administrações locais que visam aumentar a qualidade de vida da comunidade. Os espaços para a prática do desporto caracterizam-se como uma questão nuclear na intervenção das autarquias em matéria de desenvolvimento desportivo local. A definição de equipamento desportivo é passível de diferentes interpretações e é utilizado de diversas formas. O mais comum é considerar que equipamento desportivo corresponde a uma instalação destinada à prática de desporto. O autor considera ainda que as instalações desportivas, identificam, no espaço urbano e social os locais específicos de práticas desportivas realizadas em espaços delimitados e que as atividades desportivas se localizam, predominantemente, em instalações adequadas para tal. Desta forma, o número de instalações desportivas existentes, o seu raio de influência e a acessibilidade permitem identificar, numa autarquia, a presença de uma vocação preferencial em termos desportivos (Feitais, 2008).

Segundo Ferreira (2019), as instalações desportivas têm um papel imprescindível para o desporto, na medida em que o leque de oferta para a população local é crucial para a escolha praticar, ou não, atividade física. Quanto maior o número de instalações e espaços desportivos, maior é a probabilidade de vivermos numa sociedade ativa e dinâmica. Assim sendo, é inegável que os equipamentos desportivos constituem um alicerce fundamental para a prática de atividade física.

De acordo com Figueira (2018), Portugal representa um país carenciado no que toca a tipologias de equipamentos e por isso, é importante apostar em espaços que se diferenciem pela flexibilidade de soluções, pela capacidade de utilização variada, pela economia e rentabilização dos seus elementos e, principalmente, que atendam às necessidades da comunidade. O universo local de espaços e instalações destinadas à prática desportiva deve ser articulado com as necessidades locais em termos desportivos, com a procura desportiva existente, com a multiplicidade de práticas desportivas existentes e deverá permitir a existência de um equilíbrio entre as diversas dimensões de prática desportiva (educativa, participativa, de lazer e alto rendimento).

A projeção do espaço para a prática desportiva, adequada às modalidades que ali serão praticadas, constituem uma mais-valia para os municípios, sendo suportado por decisões políticas visando a rentabilização das instalações. Esta projeção deverá ser, tanto quanto

possível, intermunicipal de modo a gerir sinergias e objetivar a diversidade de instalações desportivas com qualidade e adequadas à dimensão de cada região (Camacho, 2018).

De acordo com o decreto de lei nº. 141/2009 de 16 de junho, as instalações desportivas são definidas como estruturas edificadas ou como um conjunto de estruturas de construção permanente orientadas para a prática desportiva, estruturas essas que incluem áreas de prática, áreas anexas para serviços de apoio e instalações complementares. Assim sendo, as instalações dividem-se em:

1. Instalações Desportivas de Base – agrupadas no nível básico de instalações desportivas que ainda se subdividem em:

a) Instalações recreativas – destinam-se a atividades desportivas de carácter informal ou com ausência de regras imperativas e permanentes. Inserem-se nesta categoria de instalações os pátios desportivos, espaços urbanos e naturais para animação desportiva informal e os espaços elementares de jogo com dimensões reduzidas não normalizadas (Feitais, 2008).

b) Instalações formativas – são concebidas para a educação desportiva de base, no âmbito do ensino, e do associativismo desportivo, tais como salas de desporto cobertas ou não, pequenos ginásios, grandes campos de jogos e polivalentes exteriores (Feitais, 2008).

2. Instalações Desportivas Especializadas ou Monodisciplinares – direcionadas para atividades desportivas monodisciplinares em consequência da sua específica adaptação para a prática da correspondente modalidade, como por exemplo, pistas de atletismo, campos de ténis e padel e quadras de squash (Feitais, 2008).

3. Instalações Especiais – são concebidas para o espetáculo, competições e manifestações desportivos, e estão preparados para receber público, meios de comunicação social e estão apetrechados com os meios técnicos indispensáveis aos níveis mais elevados da prestação desportiva. Enquadram-se nesta descrição os estádios, piscinas, pavilhões multiusos. São instalações com prevalência de usos associados e eventos com altos níveis de prestação (Feitais, 2008).

3.2 Modelos de Gestão do Desporto Municipal

Com a especialização dos profissionais na área do desporto e a sua colaboração com arquitetos e engenheiros, é notória a melhoria das intervenções em instalações e equipamentos desportivos, quer para construção de novos equipamentos como requalificação dos mesmos (Sesinando e Teixeira, 2023).

Segundo Ferreira (2019), a gestão é um tema bastante atual e até nas mais pequenas tarefas diárias temos de gerir e decidir de acordo com as nossas vontades e propósitos. Gerir faz parte da essência das atividades humanas na medida em que as questões básicas da gestão, no que toca à utilização de recursos, informação e tempo, não se modificaram ao longo da história. A gestão desportiva, como qualquer gestão diz respeito a decisões, rotinas, processos e práticas eficazes e existe para solucionar problemas inseridos no mundo multidisciplinar e dinâmico do desporto.

Cabe aos municípios promover a prática desportiva uma vez que são os principais interessados no crescimento desta área. Todas as vertentes desportivas (lazer, formação e competição) devem ser contempladas nas estratégias implementadas e na criação de novos espaços. Assim sendo, é importante realçar o apoio às associações desportivas e ao desporto escolar, aos programas e iniciativas desportivas e ao desenvolvimento de estudos de cariz desportivo bem como enfatizar a manutenção de equipamentos e espaços desportivos (Sousa, 2013).

De acordo com Camacho (2018), existem três modelos de gestão de espaços e instalações desportivas:

1. Gestão Direta – onde a autarquia através das suas estruturas gere a instalação desportiva
2. Gestão Mista – onde a autarquia, em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, efetua em conjunto a gestão da instalação desportiva
3. Gestão Indireta – onde a autarquia concede a outra entidade a gestão da instalação desportiva através de um contrato ou protocolo. Nestas situações, por norma, existe um conjunto de responsabilidades que a finalidade de garantir a viabilidade do funcionamento da instalação.

3.3 Instrumentos de Regulação Desportiva

À semelhança de muitos domínios da vida pessoal e social, tudo tem um ponto de partida, e o Desporto não foge à regra e é na Declaração Universal dos Direitos do Homem que é realçado que o acesso ao desporto representa um ideal comum a todos os povos e nações (Camacho, 2018).

Sousa (2013), após realçar a função das autarquias, assinala imperfeições nos planeamentos, desenhos estratégicos e construções desportivas. O autor frisa e foca uma lacuna no processo de construção alegando que as autarquias replicam as estruturas desportivas ao invés de projetar e conceber novas ideias inovadoras e apropriadas para o espaço onde seriam implantadas. Estas projeções inovadoras e diferentes do que já existe seriam bastante importantes para a evolução e desenvolvimento do desporto. No entanto, estas projeções e desenhos estratégicos devem ir de encontro ao Plano Diretor Municipal (PDM) e restantes pressupostos normativos, nos quais assentam as diretrizes a seguir.

Para desenhar e planear novas estruturas desportivas, a autarquia tem todo um trabalho a realizar de modo a avaliar os prós e contras e a viabilidade dos projetos. Há que efetuar uma caracterização e levantamento da oferta e procura desportiva por parte da população bem como dos equipamentos, instalações, associações, clubes, entidades modalidades, e respetivo número de praticantes, no concelho.

Para desenvolver projeções e planeamentos futuros, as diretrizes devem ir de encontro a um conjunto de instrumentos estratégicos (Ferreira, 2022):

1. Plano Diretor Municipal (PDM) – representa um instrumento de gestão concebido pelas autarquias que contempla a estrutura espacial, a caracterização do território, tendo em conta a futura implantação de equipamentos e estruturas sociais;
2. Grandes Opções de Plano (GOPS) – constituem um instrumento de previsão e gestão financeira que incluem os planos anuais e plurianuais de investimento na área desportiva. O seu planeamento insere-se no quadro de competências da autarquia no âmbito do planeamento e desenvolvimento desportivo.
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo – representa um documento que estabelece as linhas de orientação desportiva num intervalo de tempo a médio e longo prazo, através da definição de vetores e diretrizes estratégicas a atingir através de programas, iniciativas, eventos municipais;
4. Carta Desportiva Municipal – representa um documento de diagnóstico e planeamento desportivo que discrimina o conhecimento da situação desportiva no concelho no que toca a instalações desportivas, hábitos desportivos, condição física, espaços naturais de recreio e desporto.

Figura 4 - Mapa das Freguesias do Concelho de Évora



Fonte: <https://geneall.net/pt/mapa/111/evora/>

4.2 Câmara Municipal de Évora (CME)

A Câmara Municipal de Évora encontra-se sediada na Praça do Sertório. Cabe a uma Câmara Municipal promover qualidade de vida a todos os munícipes, gerindo de forma sustentável os recursos do território, praticando um serviço público de qualidade. A sua intervenção agrega diversas áreas e, através de estratégias e planeamentos na vertente desportiva, procura responder às necessidades nos mais variados campos de atuação.

A CME orienta-se por uma das leis mais importantes presente no Diário da República, lei essa que representa um dos principais alicerces do município e já referida anteriormente, a Lei de Bases da Atividade Física. Desta forma, todas as decisões e planeamentos procuram atender às necessidades da população.

Ocorrem, quinzenalmente, reuniões onde o Presidente da Câmara e os restantes 7 vereadores, se reúnem para tomarem decisões e/ou votarem propostas, iniciativas e projetos importantes para o futuro do concelho, estando o Desporto englobado na vasta lista de assuntos a debater nessas reuniões.

Sendo da responsabilidade das autarquias locais a promoção e generalização da atividade física bem como o combate a barreiras e estereótipos no Desporto, a Câmara promove e fomenta a prática desportiva também para pessoas com deficiência com ajudas técnicas adequadas visando a integração, participação social e igualdade de oportunidades.

A Lei de Bases da Atividade Física defende que o desporto escolar e a educação física promovidos no âmbito curricular específico, são essenciais na formação dos alunos não só na promoção de um estilo de vida saudável, mas também no desenvolvimento do seu repertório motor e é neste sentido que não só a CME, mas também outras tantas Câmaras Municipais, trabalham com o intuito de apoiar e estar na retaguarda.

Também o desporto na Natureza entra diretamente nas competências de uma autarquia no que diz respeito a esta Lei de Bases. Estas atividades devem contribuir para a divulgação e interpretação do património natural e cultural bem como para a sensibilização e educação ambientais e promoção do turismo da natureza.

Dentro da CME, existe uma divisão que, de acordo com a lei orgânica, artigo 14º, assegura a prática desportiva e promove as melhores condições para a mesma, fazendo a interseção entre o panorama desportivo e o domínio da juventude, sendo essa divisão a Divisão da Juventude e Desporto (DJD). No que toca ao domínio da juventude, cabe a esta divisão assegurar a gestão e coordenação das iniciativas municipais destinadas à juventude bem como participar nos processos de apoio às atividades das associações e agentes de cariz juvenil

atendendo aos regulamentos municipais. Relativamente à promoção desportiva e estilos de vida saudável, a nível de intervenção geral e relação com os órgãos autárquicos e outros serviços municipais, esta divisão planeia, concebe e programa atividades no domínio do desporto e do associativismo socio-desportivo e colabora com os serviços municipais competentes nas tarefas de inventário e planeamento. Assim sendo, e dada a importância da autarquia e da sua intervenção, é importante enumerar o quadro de tarefas das quais está encarregue:

a) No Desporto e Vida Saudável:

1. Executar o plano e programa de atividades tendo em conta os diferentes prismas de intervenção;
2. Planear e estabelecer acordos de cooperação com as escolas dos diferentes níveis para o apoio do desporto em idade escolar;
3. Apoiar as várias iniciativas desportivas a nível do concelho ou a nível regional;
4. Participar nos processos de apoio às atividades das associações e agentes de cariz desportivo e recreativo atendendo aos regulamentos municipais;
5. Conceber, desenvolver e apoiar projetos que fomentem a atividade física e desportiva nas várias faixas etárias, promovendo um estilo de vida saudável;

b) Nas Infraestruturas:

1. Planear e apoiar a rentabilização, recuperação e construção de equipamentos desportivos em articulação com os serviços municipais;
2. Gerir as piscinas municipais relevando aspetos de conservação, manutenção e remodelação;
3. Gerir os circuitos de manutenção bem como os espaços desportivos municipais

4.3 População

De acordo com documentos internos disponibilizados pela Divisão de Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Évora, que albergam dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística relativos à população referente ao ano de 2021, o concelho de Évora possui 53 591 habitantes, sendo que 25 453 são do sexo masculino e 28 138 do sexo feminino, estando distribuídos pelas 12 freguesias. No quadro abaixo é possível observar a distribuição de habitantes discriminada, por sexo e freguesia.

Tabela 1 - Habitantes do Concelho de Évora por freguesia e sexo

Território	Nº de Residentes		
	Total	Homem	Mulher
Évora	53591	25453	28138
Canaviais	3314	1652	1662
N. Sr. ^a da Graça do Divor	465	221	244
N. Sr. ^a de Machede	939	456	483
São Bento do Mato	991	473	518
São Miguel de Machede	688	349	339
Torre de Coelheiros	539	261	278
U.F. de Bacelo e Sr. ^a da Saúde	17782	8431	9351
U.F. de Évora (S. Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)	4315	1939	2376
U.F. de Malagueira e Horta das Figueiras	21555	10201	11354
U.F. de N. Sr. ^a da Tourega e N. Sr. ^a de Guadalupe	995	482	513
U.F. de São Manços e S. Vicente do Pigeiro	1080	533	547
U.F. de S. Sebastião da Giesteira e N. Sr. ^a da Boa Fé	928	455	473

Fonte: Documentos Internos CME

Também no INE, através da seleção de indicadores e parâmetros, podemos observar no quadro abaixo o número de habitantes do concelho de Évora, distribuídos por freguesia e divididos por sexo.

Figura 5 - Habitantes do Concelho de Évora por freguesia, sexo e grupo etário

PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS ▾	2021															
	HM						H				M					
	TOTAL	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 E MAIS ANOS	TOTAL	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 E MAIS ANOS	TOTAL	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 E MAIS ANOS	
LOCAL DE RESIDÊNCIA À DATA DOS CENSOS [2021] [NUTS - 2013] ▾	Évora	53 577	7 084	5 616	28 248	12 529	25 445	3 737	2 908	13 477	5 323	28 132	3 347	2 708	14 771	7 306
	Canaviais	3 314	486	386	1 793	649	1 652	277	213	877	285	1 662	209	173	916	364
	Nossa Senhora da Graça do Divor	465	69	46	234	116	221	33	19	115	54	244	36	27	119	62
	Nossa Senhora de Machede	939	115	95	471	258	456	50	63	232	111	483	65	32	239	147
	São Bento do Mato	991	94	78	464	355	473	50	39	239	145	518	44	39	225	210
	São Miguel de Machede	688	59	50	372	207	349	31	27	192	99	339	28	23	180	108
	Torre de Coelheiros	539	57	40	253	189	261	33	18	128	82	278	24	22	125	107
	União das freguesias de Bancelo e Senhora da Saúde	17 777	2 416	1 827	9 430	4 104	8 429	1 277	945	4 467	1 740	9 348	1 139	882	4 963	2 364
	União das freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)	4 315	454	404	2 256	1 201	1 939	265	192	1 052	430	2 376	189	212	1 204	771
	União das freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras	21 547	3 001	2 420	11 442	4 684	10 195	1 554	1 246	5 390	2 005	11 352	1 447	1 174	6 052	2 679
	União das freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe	995	135	103	525	232	482	70	51	259	102	513	65	52	266	130
	União das freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro	1 080	113	97	533	337	533	54	57	277	145	547	59	40	266	192
	União das freguesias de São Sebastião da Oleiteira e Nossa Senhora da Boa Fé	927	85	70	475	297	455	43	38	249	125	472	42	32	226	172

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011609>

5. CARTA DESPORTIVA

O crescimento demográfico, o aumento da escolarização e da qualidade de vida das populações, bem como a diminuição do tempo de trabalho e uma maior consciência social da importância da condição física, levaram a que novos valores se comesçassem a sentir, criando condições para um aumento significativo da prática desportiva na ocupação dos tempos livres e para uma crescente diversificação das modalidades desportivas praticadas (Feitais, 2008).

De acordo com o mesmo autor, e citando a LBDAF artigo 9.º, a lei determina a elaboração da Carta Desportiva Nacional que contempla o cadastro e registo dos dados e indicadores que permitem o conhecimento da situação desportiva nacional no que diz respeito a:

- a) Instalações Desportivas
- b) Espaços Naturais de recreio e desporto
- c) Associativismo Desportivo
- d) Hábitos Desportivos
- e) Condição física
- f) Enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género

A Carta Desportiva é um documento essencial à definição e evolução das políticas desportivas municipais que contém a estrutura das atividades, equipamentos e responsáveis do atual e futuro projeto desportivo da autarquia. No entanto, este documento não deve ser entendido nem desenvolvido numa perspetiva única estatística de levantamento e descrição dos equipamentos desportivos, mas sim encarado como um instrumento de gestão que sustente as decisões no que toca a equipamentos desportivos, à compreensão da situação em que se encontra o conjunto das práticas desportivas do município (Ferreira, 2022).

A Carta Desportiva é um instrumento de planeamento que permite detetar e constatar carências, assimetrias e lacunas das infraestruturas desportivas existentes e, em simultâneo estudar e conjeturar soluções de otimização dos equipamentos desportivos existentes através da sua recuperação e requalificação e adaptação mediante um processo de gestão adequado. Como em todo o processo de planeamento, a recolha, tratamento e cruzamento da informação é fundamental para a programação de novos equipamentos, bem como desenhar e definir estratégias que visem requalificar os equipamentos existentes e equacionar a implementação de novos necessários para combater as realidades díspares detetadas (Feitais, 2008).

De acordo com Sousa (2013), a Carta Desportiva é entendida como:

1. Um documento de diagnóstico que dá a conhecer a realidade desportiva a todos os intervenientes desportivos bem como os principais indicadores e ainda contribuir para a manutenção da Carta Desportiva Nacional como estipulado nos termos da Lei de Bases.

2. Um instrumento de planeamento e gestão que sustente as políticas e projetos desportivos e que abra novas perspetivas e ideologias para as tomadas de decisão a nível da gestão.

Desta forma, a Carta Desportiva constitui-se uma ferramenta fundamental de gestão e planeamento, indispensável ao desenvolvimento e inovação dos equipamentos desportivos municipais bem como de toda o prisma desportivo indo de encontro às metas e objetivos estipulados pela respetiva Câmara Municipal.

5.1 Conceitos e Terminologia

Neste capítulo existem definições que devem ser clarificadas com a finalidade de compreender melhor os resultados. Na Carta Desportiva da Câmara Municipal de Cascais, e de acordo com a DGOTDU, constam algumas definições importantes às quais é, fundamental, fazer referência.

- Área Desportiva Útil (ADU) – corresponde à superfície delimitada pelo traçado de jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias.

- Área de Implantação – compreende a dimensão funcional útil acrescida das áreas para serviços de apoio e circulações interiores.

- Área de Reserva urbanística – corresponde à área mínima de terreno para prever a implementação do equipamento ou instalação, incluindo edifícios e áreas livres envolventes.

De acordo com documentos internos da Câmara Municipal de Évora relativos à Carta Desportiva Municipal, os equipamentos desportivos são classificados como:

1. Grandes Campos de Jogos – correspondem a equipamentos desportivos de grande dimensão, podendo ser cobertos ou não, destinados à prática de modalidades como futebol, rugby, hóquei.

2. Pequeno Campo de Jogos – correspondem a equipamentos descobertos destinados à prática de futsal, basquetebol, voleibol, andebol, ténis e outras modalidades que possam ser praticadas neste contexto.

3. Pavilhões ou Salas de Desporto – correspondem a equipamentos desportivos cobertos destinados à prática de futsal, basquetebol, voleibol, andebol, badminton, ginástica, hóquei, modalidades de luta e outras modalidades que possam ser praticadas neste contexto.

4. Espaços de Atletismo – correspondem a equipamentos desportivos destinados à prática de modalidades respetivas ao espaço em questão. Estão agrupadas nesta categoria as subcategorias como a) pistas; b) zonas de saltos; c) zonas de lançamento.

5. Piscinas – correspondem a equipamentos desportivos, podendo ser cobertos ou descobertos, destinados à prática de natação e de outras atividades do meio aquático.

6. Equipamentos Especiais – correspondem a equipamentos desportivos que não se enquadram em nenhuma das categorias referidas anteriormente, mas que requerem, forçosamente, um recinto específico para a prática como equitação, ciclismo, golf, karting, padel, entre outras modalidades.

Segue abaixo o exemplo de diapositivo da Ficha Técnica de um Instalação da Carta Desportiva de Évora no que toca a Instalações Cobertas.

Figura 6 - Exemplo de Ficha Técnica

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira

Morada: Rua Dr. Domingos Rosado

Código Postal: 7005-469, Évora

Contacto: 266745600

Freguesia: Sra. Saúde

Tipo de Instalação/Equipamento: Equipamento Especializado

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto

Proprietário: Ministério da Educação

Comp.(m): 47,5

Larg. (m): 27,3

Área Útil (m²): 1296,75

Linhas: Sim - voleibol, andebol, futsal, basquetebol, badminton

Comp.(m) linha desportiva: 45,05

Largura(m) linha desportiva: 25,5

Área desportiva (m²): 1148,76

Tipo de Piso: Sintético Modular

Iluminação: Natural + Artificial 20 LED

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 1 balcão público + 1 lavandaria + 1 arrecadação + 1 gabinete professores + 2 instalações sanitárias



Figura 2 - Planta do Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira



Figura 1 - Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira

Fonte: Documento Word do Autor – desenho de diapositivo

Através do diapositivo apresentado anteriormente, embora seja apenas um exemplo ilustrativo, pretende-se que a cada ficha técnica de cada equipamento contenha as informações mencionadas tais como a localização, contacto, área útil e coberta, bem como o tipo de piso e a iluminação.

Como é de conhecimento geral, a prática desportiva pode ser dividida em duas vertentes:

1. Federada – neste contexto, as instalações desportivas têm, obrigatoriamente, de possuir dimensões standard e normativas definidas e aprovadas pelas respetivas federações
2. Formativa ou Recreativa – neste contexto, as instalações não necessitam de seguir forçosamente as dimensões definidas pelas respetivas federações, isto é, enquadram-se nesta vertente, todas as instalações que não se insiram no setor federado. Nesta vertente, as instalações estão mais direcionadas para a formação, o ensino e o recreio.

À semelhança da prática desportiva, também as instalações que a recebem, dividem-se em:

1. Instalações Descobertas ou Não Cobertas – instalações que não apresentam cobertura possibilitando uma prática desportiva ao ar livre.
2. Instalações Cobertas – instalações que apresentam cobertura pelo que a prática desportiva ocorre em recintos fechados.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivos

No que diz respeito a objetivos gerais para o estágio realizado na Câmara Municipal de Évora, passavam por conhecer a instituição de acolhimento, compreender o seu funcionamento, as suas áreas de intervenção e competências, aplicar as competências adquiridas no decorrer do mestrado, intervir em, e apoiar, programas de iniciativa municipal de modo a assimilar o modo de atuação e contribuir para a promoção desportiva do município.

Em conjunto com a Dra. Teresa Engana, chefe da Divisão de Juventude e Desporto e com o Professor e Orientador Bruno Figueira, foram definidos os objetivos específicos para o trabalho:

1. Caracterizar a área desportiva útil coberta de gestão municipal através do levantamento do número de instalações cobertas do concelho;
2. Conceber e atualizar fichas técnicas das instalações cobertas de gestão municipal;
3. Cruzar o número de instalações por freguesia e, de acordo com as normas europeias, avaliar se há pouca oferta desportiva no que toca a instalações cobertas e se se justifica a implementação de mais;
4. Quantificar o número de acessos a cada instalação coberta de gestão municipal, avaliar e comparar taxas de ocupação;
5. Comparar área útil vs. área desportiva;
6. Caracterizar e avaliar homologações desportivas, linhas oficiais para prática desportiva federada, licenças desportivas e orientações de construção para cada instalação coberta de gestão municipal;

7. METODOLOGIA

7.1 Metodologia

Com o intuito de fazer um levantamento das instalações e equipamentos desportivos quer já existentes, quer novos, a metodologia de recolha de dados assentou nos seguintes pressupostos:

1. Acompanhado com a Dra. Teresa Engana e realizando as deslocações a pé, deslocávamo-nos às respetivas instalações e, presencialmente, era efetuado o levantamento dos valores pretendidos;
2. As medições eram efetuadas com uma fita métrica, sempre com uma segunda medição para efeitos de confirmação, de modo a que os resultados fossem o mais verosímeis possível.
3. Utilização de ferramentas digitais como Google Maps com o propósito de visualizar as plantas das instalações, mapa de freguesias e do concelho de Évora; INE (Instituto Nacional de Estatística) para recolha de dados numéricos da população; Excel para tratamento de dados

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8.1 Fichas Técnicas das Instalações

Antes do trabalho de campo propriamente dito ter início, foi necessário todo um estudo e assimilação de conceitos, definições, nomenclaturas e terminologias realizada com base em documentos técnicos internos disponibilizados pela CME com a propósito de aprofundar noções direcionadas para o trabalho.

Foi também disponibilizada a base de dados pela qual a antiga Carta Desportiva do concelho se baseava. Continha um total de 204 instalações onde, atualmente, algumas se encontram desativadas, em obras ou até mesmo abatidas e foram ainda construídas e implementas novas. Da contagem total, 58 instalações/ equipamentos são cobertos, dos quais cerca de 30 se encontram desativados ou abatidos, sendo que apenas 13 entram para discussão neste trabalho dado que a finalidade é quantificar e caracterizar a área desportiva coberta de gestão municipal.

Desta forma, o primeiro passo após o estudo de nomenclaturas e conceitos relacionados com a temática do trabalho, foi, junto da Dra. Teresa Engana, chefe da DJD, efetuar uma listagem das instalações cobertas pelas quais a CME era responsável. Posto isto, o passo seguinte disse respeito à atualização das fichas técnicas, bem como a elaboração de novas, ainda que de forma experimental, onde, para tal, o deslocamento a cada instalação foi necessário para o levantamento de dados.

As deslocações a cada instalação consistiram não só na análise do estado de conservação de cada equipamento como também no levantamento de medições quer da área útil quer da área desportiva/área de jogo bem como na quantificação de balneários, instalações anexas, salas de arrumos e ainda para caracterizar a tipologia da instalação bem como outros parâmetros associados (piso, iluminação).

8.1.1 Programação de Equipamentos Desportivos

Em 2002, a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), estabeleceu critérios de programação para cada tipologia de equipamento desportivo cruzando duas variáveis: o número de habitantes com os metros quadrados. Desta forma, e com base nos documentos da DGOTDU, podemos observar através do quadro retratado abaixo os critérios de programação das instalações/ equipamentos desportivos.

Tabela 2 - Critérios de Programação de Instalações Desportivas

Tipologia	(m ² / habitante)	População Base
Grandes Campos de Jogos	2,00	Mínimo 2500 habitantes
Pistas de Atletismo	0,80	Mínimo 7500 habitantes
Pequenos Campos de Jogos	1,00	Mínimo 800 habitantes
Pavilhões e Salas de Desporto	0,15	Mínimo 3000 habitantes
Piscinas Cobertas	0,03	Mínimo 5000 habitantes

Fonte: Adaptado DGOTDU (2002)

8.2 Caracterização das Instalações Desportivas

Como já dito anteriormente, e após, juntamente com a Dra. Teresa, ter sido efetuado um levantamento das instalações cobertas em funcionamento e de gestão municipal, contabilizam-se 13, dos quais 4 são propriedade do Ministério da Educação. Após o levantamento dos valores e variáveis pretendidos, foi possível efetuar cruzamentos de dados e análises que poderão vir a ser úteis, nomeadamente os valores das áreas úteis e desportivas das instalações cobertas em questão.

Mencionado em capítulos anteriores, o concelho de Évora é composto por 12 freguesias. No entanto, apenas 4 contêm as instalações em causa dentro dos seus limites. De notar que para levantamento de dados anteriores, algumas freguesias foram agregadas: 1) Bacelo e Sr.^a da Saúde; 2) Malagueira e Horta das Figueiras; 3) São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão. Importante fazer referência a conceitos referidos anteriormente como “Grandes Campos de Jogos”, “Pistas de Atletismo”, “Pequenos Campos de Jogos”, “Pavilhões e Salas de Desporto” e “Piscinas Cobertas”.

No quadro abaixo é possível observar a listagem das instalações/equipamentos desportivos, a sua freguesia bem como a tipologia da instalação.

Tabela 3 - Instalações Desportivas Cobertas de Gestão Municipal e tipologia por freguesia

Instalação	Freguesia	Tipologia
Pavilhão Desportivo EB 2/3 Conde Vilalva	Bacelo	Pavilhão ou Sala de Desporto
Sala Desportiva EB 2/3 Conde Vilalva	Bacelo	Sala de Desporto
Pavilhão Desportivo EB1 /J1 Malagueira M. Ferreira Patrício	Malagueira	Pavilhão ou Sala de Desporto
Pavilhão Desportivo EB 2/3 André de Resende	Sra. Saúde	Pavilhão ou Sala de Desporto
Pavilhão Escola Secundária André de Gouveia	Malagueira	Pavilhão ou Sala de Desporto
Sala de Desporto/Ginástica Severim de Faria	Horta das Figueiras	Sala de Desporto
Pavilhão Escola Secundária Severim de Faria	Horta das Figueiras	Pavilhão ou Sala de Desporto
Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira	Sra. Saúde	Pavilhão ou Sala de Desporto
Sala de Armas da Escola Secundária Gabriel Pereira	Sra. Saúde	Sala de Desporto
Piscina Municipal Coberta	Malagueira	Piscina Coberta
Sala de Desporto EB 2/3 Santa Clara	Santo Antão	Sala de Desporto
Sala de Desporto EB1 Galopim de Carvalho	Bacelo	Sala de Desporto
Sala de Desporto EB1 Canaviais	Canaviais	Sala de Desporto

Fonte: Documento Excel elaborado pelo autor

8.2.1 Pavilhão Desportivo da EB 2/3 Conde Vilalva

Figura 7 - Ficha Técnica Pavilhão EB 2/3 Conde Vilalva

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão Desportivo EB 2/3 Conde Vilalva

Morada: Bairro das Pites, Av. António Barata

Código Postal: 7000-621 Évora

Contacto: 266777320

Freguesia: Bacelo

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 30,12

Larg. (m): 18,86

Área Útil (m²): 568,25

Linhas: Sim - voleibol, basquetebol, futsal, andebol, badminton, basquetebol 3x3

Comp(m) linha desportiva: 27,8

Largura(m) linha desportiva: 15,01

Área desportiva (m²): 417,28

Tipo de Piso: Sintético aborrachado

Iluminação: Natural + Artificial 18 focos halogéneo

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 1 bancada público + 1 sala professores + 1 instalação Sanitária + 3 arrecadações + 1 sala de arrumos + 1 sala de aula (agora para guardar material)



Figura 1 - Planta Pavilhão Escola Conde Vilalva



Figura 2 - Pavilhão Escola Conde Vilalva

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.2 Sala de Desporto da EB 2/3 Conde Vilalva

Figura 8 - Ficha Técnica da Sala Desportiva Conde Vilalva

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Sala Desportiva EB 2/3 Conde Vilalva

Morada: Bairro das Pites, Av. António Barata

Código Postal: 7000-621, Évora

Contacto: 266777320

Freguesia: Bacelo

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 15,9

Larg. (m): 13,5

Área Útil (m²): 214,65

Linhas: Sim - Badminton

Comp(m) linha desportiva: 15,9

Largura(m) linha desportiva: 13,5

Área desportiva (m²): 214,65

Tipo de Piso: Sintético aborrachado

Iluminação: Natural + Artificial 21 focos halogéneo

Outros Equipamentos/Instalações Complementares:



Figura 1 - Planta Sala de Desporto Escola Conde Vilalva



Figura 2 - Pavilhão Sala de Desporto Escola Conde Vilalva

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.3 Pavilhão Desportivo da EB1/JI Manuel Ferreira Patrício

Figura 9 - Ficha Técnica do Pavilhão EB1/JI Manuel Ferreira Patrício

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão Desportivo EB1 /JI Malagueira M. Ferreira Patrício

Morada: Av. Eng. Arantes de Oliveira

Código Postal: 7000-395, Évora

Contacto: 266750050

Freguesia: Malagueira

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 46,5

Larg. (m): 22,1

Área Útil (m²): 1028,534

Linhas: Sim - Hóquei, badminton, basquetebol, andebol, futsal, voleibol, boccia, patinagem

Comp.(m) linha desportiva: 40

Largura(m) linha desportiva: 19,02

Área desportiva (m²): 760,8

Tipo de Piso: Madeira

Iluminação: Natural + Artificial 30 focos halogéneo

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: Bancada público (213 lugares sentados) + 1 sala de arrumos + 2 arrecadações + 1 Instalação Sanitária + 1 instalação sanitária para deficientes + 2 salas de aula + 1 sala de professores



Figura 2 - Planta do Pavilhão da Escola Severim de Faria



Figura 1 - Pavilhão da Escola Severim de Faria

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.4 Pavilhão Desportivo da EB 2/3 André de Resende

Figura 10 - Ficha Técnica do Pavilhão André de Resende

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão Desportivo EB 2/3 André de Resende

Morada: Rua Cosme Delgado n20

Código Postal: 7005-119, Évora

Contacto: 266739560

Freguesia: Sra. Saúde

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 40

Larg. (m): 19,92

Área Útil (m²): 796,8

Linhas: Sim - futsal, andebol, voleibol, badminton, ténis, basquetebol, mini basquetebol

Comp(m) linha desportiva: 37,9

Largura(m) linha desportiva: 18,04

Área desportiva (m²): 683,72

Tipo de Piso: Madeira

Iluminação: Natural + Artificial 16 LED

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 2 balcões público + 3 arrecadações

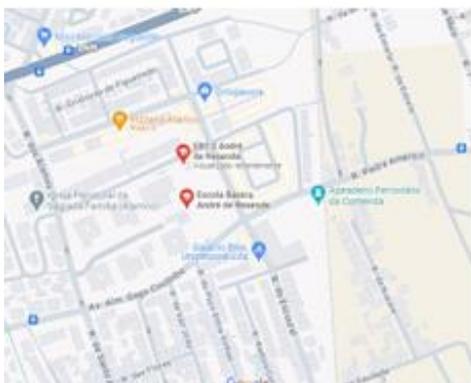


Figura 2 - Planta Pavilhão da Escola EB 2/3 André de Resende



Figura 1 - Pavilhão da Escola EB 2/3 André de Resende

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.5 Pavilhão Desportivo da Escola Secundária André de Gouveia

Figura 11 - Ficha Técnica Pavilhão André de Gouveia

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão Escola Secundária André de Gouveia

Morada: Rua de Aviz

Código Postal: 7000-132, Évora

Contacto: 266758330

Freguesia: Malagueira

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 40

Larg. (m): 20

Área Útil (m²): 800

Linhas: Sim - futsal, andebol, basquetebol, voleibol, boccia, badminton e ténis

Comp(m) linha desportiva: 37,97

Largura(m) linha desportiva: 18,85

Área desportiva (m²): 715,74

Tipo de Piso: Sintético aborrachado

Iluminação: Natural + Artificial 10 LED

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 2 balcões público + arrecadações + 2 Instalações Sanitárias + 2 instalação anexa para funcionários



Figura 2 - Planta Pavilhão da Escola Secundária André de Gouveia



Figura 1 - Pavilhão da Escola Secundária André de Gouveia

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.6 Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Severim de Faria

Figura 12 - Ficha Técnica Pavilhão Severim de Faria

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão Escola Secundária Severim de Faria

Morada: Estrada das Alcaçovas

Código Postal: 7005-205, Évora

Contacto: 266737770

Freguesia: Horta das Figueiras

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto

Proprietário: Ministério da Educação

Comp.(m): 30,16

Larg. (m): 18,76

Área Útil (m²): 565,80

Linhas: Sim - Badminton, basquetebol, voleibol, boccia, futsal, andebol

Comp.(m) linha desportiva: 27,96

Largura(m) linha desportiva: 16,27

Área desportiva (m²): 454,91

Tipo de Piso: Sintético aborrachado

Iluminação: Natural + Artificial 16 focos LED

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 2 Instalação Sanitária + 1 sala professores + 1 arrecadação para material de limpeza + arrecadação para material desportivos



Figura 2 - Planta do Pavilhão da Escola Severim de Faria



Figura 1 - Pavilhão da Escola Severim de Faria

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.7 Sala de Desporto da Escola Secundária Severim de Faria

Figura 13 - Ficha Técnica da Sala de Desporto da Severim de Faria

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Sala de Desporto/Ginástica Severim de Faria

Morada: Estrada das Alcaçovas

Código Postal: 7005-205, Évora

Contacto: 266737770

Freguesia: Horta das Figueiras

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Sala de Desporto

Proprietário: Ministério da Educação

Comp.(m): 15,88

Larg. (m): 14,18

Área Útil (m²): 225,18

Linhas: Sem linhas

Comp.(m) linha desportiva: 15,88

Largura(m) linha desportiva: 14,18

Área desportiva (m²): 225,18

Tipo de Piso: Sintético aborrachado

Iluminação: Natural + Artificial 21 focos halogéneo

Outros Equipamentos/Instalações Complementares:



Figura 2 - Planta da Sala de Desporto da Escola Severim de Faria

Figura 1 - Sala de Desporto da Escola Severim de Faria

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.8 Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Gabriel Pereira

Figura 14 - Ficha Técnica do Pavilhão Gabriel Pereira

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira

Morada: Rua Dr. Domingos Rosado **Código Postal:** 7005-469, Évora

Contacto: 266745600 **Freguesia:** Sra. Saúde

Tipo de Instalação/Equipamento: Equipamento Especializado

Tipologia: Pavilhão ou Sala de Desporto **Proprietário:** Ministério da Educação

Comp.(m): 47,5 **Larg. (m):** 27,3 **Área Útil (m²):** 1296,75

Linhas: Sim - voleibol, andebol, futsal, basquetebol, badminton

Comp.(m) linha desportiva: 45,05 **Largura(m) linha desportiva:** 25,5

Área desportiva (m²): 1148,76 **Tipo de Piso:** Sintético Modular

Iluminação: Natural + Artificial 20 LED

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 1 balcão público + 1 lavandaria + 1 arrecadação + 1 gabinete professores + 2 instalações sanitárias



Figura 2 - Planta do Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira



Figura 1 - Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.9 Sala de Armas da Escola Secundária Gabriel Pereira

Figura 15 - Ficha Técnica da Sala de Armas da Gabriel Pereira

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Sala de Armas da Escola Secundária Gabriel Pereira

Morada: Rua Dr. Domingos Rosado **Código Postal:** 7005-469, Évora

Contacto: 266745600 **Freguesia:** Sra. Saúde

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Sala de Desporto **Proprietário:** Ministério da Educação

Comp.(m): 21,7 **Larg. (m):** 8,58 **Área Útil (m²):** 186,19

Linhas: Sem linhas

Comp.(m) linha desportiva: 19,3 **Largura(m) linha desportiva:** 8,58

Área desportiva (m²): 165,59 **Tipo de Piso:** Flutuante

Iluminação: Natural + Artificial 12 focos LED

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 1 arrecadação

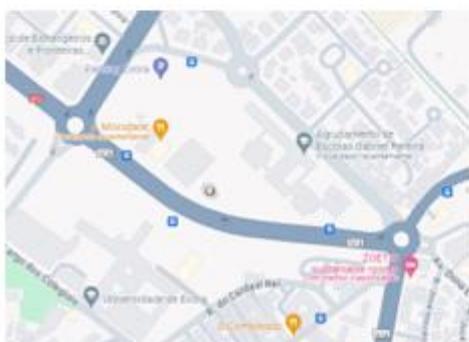


Figura 2 - Planta da Sala de Armas da Escola Secundária Gabriel Pereira



Figura 1 – Sala de Armas da Escola Secundária Gabriel Pereira

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.10 Piscina Municipal Coberta

Figura 16 - Ficha Técnica da Piscina Coberta Municipal

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Piscina Municipal Coberta

Morada: Av. Eng. Arantes de Oliveira **Código Postal:** 7005-758, Évora

Contacto: 266777186 **Freguesia:** Malagueira

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Piscina Coberta **Proprietário:** Câmara Municipal

Comp.(m): 16 **Larg.(m):** 6 **Área Útil (m²):** 96

Linhas: Sem linhas

Comp.(m) linha desportiva: 16 **Largura(m) linha desportiva:** 6

Área desportiva (m²): 96 **Tipo de Piso:**

Iluminação: Natural + Artificial

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: Balneários



Figura 2 - Planta da Piscina Coberta Municipal de Évora



Figura 1 - Piscina Coberta Municipal de Évora

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.11 Sala de Desporto EB 2/3 Santa Clara

Figura 17 - Ficha Técnica da Sala de Desporto de Santa Clara

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Sala de Desporto EB 2/3 Santa Clara

Morada: Rua de Santa Clara n2

Código Postal: 7000-517, Évora

Contacto: 266748970

Freguesia: Santo Antão

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 17,78

Larg. (m): 10,78

Área Útil (m²): 191,67

Linhas: Sim - Badminton, voleibol e basquetebol

Comp.(m) linha desportiva: 16,68

Largura(m) linha desportiva: 9,46

Área desportiva (m²): 157,8

Tipo de Piso: Madeira

Iluminação: Natural + 10 focos

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: 1 sala de arrumos + 1 palco + 1 sala de professores + Instalação Sanitária

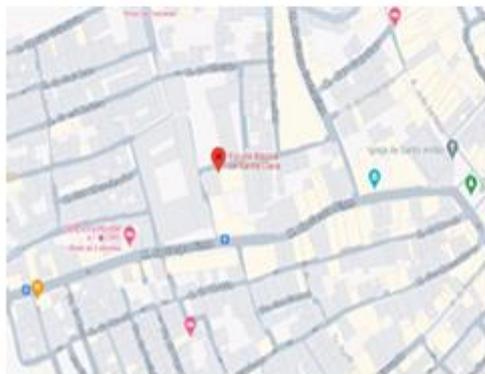


Figura 2 - Planta da Sala de Desporto da Escola EB 2/3 Santa Clara



Figura 1 - Sala de Desporto da Escola EB 2/3 Santa Clara

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.2.13 Sala de Desporto da EB1 Canaviais

Figura 19 - Ficha Técnica da Sala de Desporto dos Canaviais

Câmara
Municipal de
Évora

Carta Desportiva de Évora
Instalações/Equipamentos Cobertos de Gestão Municipal
Fichas Técnicas

FICHA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO

Nome da Instalação/Equipamento: Sala de Desporto EB1 Canaviais

Morada: Rua das 5 Cepas

Código Postal: 7005-366, Évora

Contacto: 266761582

Freguesia: Canaviais

Tipo de Instalação/Equipamento: Base Formativa

Tipologia: Sala de Desporto

Proprietário: Câmara Municipal

Comp.(m): 10,57

Larg. (m): 10,41

Área Útil (m²): 110,03

Linhas: Sem linhas

Comp.(m) linha desportiva: 10,57

Largura(m) linha desportiva: 10,41

Área desportiva (m²): 110,03

Tipo de Piso: Madeira

Iluminação: Natural

Outros Equipamentos/Instalações Complementares: Instalação Sanitária Masculina (2 lavatórios, 2 urinóis, 2 vasos sanitários, 2 chuveiros); Instalação Sanitária Feminina (2 lavatórios, 2 vasos sanitários, 2 chuveiros) + 4 lavatórios + 1 sala de arrumos



Figura 2 - Planta da Sala de Desporto da Escola EB1/JI Canaviais



Figura 1 - Sala de Desporto da Escola EB1/JI dos Canaviais

Fonte: Documento elaborado pelo autor

8.4 Área Desportiva

Neste capítulo, e tendo por base as medições efetuadas nas diversas instalações, foram agrupados em tabelas os valores das linhas de jogo das modalidades que podem ser praticadas em determinada instalação para, posteriormente, serem comparados com os valores normativos das respetivas modalidades e federações, de modo a averiguar se a instalação pode, ou não, receber competições de nível superior.

Tabela 4 - Medições das linhas das modalidades por Instalação Desportiva

Instalação e Modalidade	Comprimento	Largura	Área Útil (m ²)	Área Desportiva (m ²)
Pav. Severim de Faria	30,16m	18,76m	565,8	454,91
Andebol	27,96m	16,27m		
Badminton (4 campos)	12,48m	6,11m		
Basquetebol	27,96m	13,95m		
Boccia (3 campos)	12,51m (calhas com 2,97m)	6,84m (6x1,14)		
Futsal	27,96m	16,27m		
Voleibol	18m	9m		
Sala Desporto Severim de Faria	15,88m	14,18m	225,18	225,18
Pav. Conde Vilalva	30,13m	18,86m	568,25	417
Andebol	27,8m	15m		
Badminton (4 campos)	12,95m	6,12m		
Basquetebol	27,8m	15m		
Basquetebol 3x3 (2 campos)	15m	13,9m		
Futsal	27,8m	15m		
Voleibol	17,06m	8,77m		
Sala Desporto Conde Vilalva	15,9m	13,5m	214,65	214,65
Badminton	13,08m	5,08m		
Pav. Manuel Ferreira Patrício	46,54m	22,1m	1028,53	760,8
Andebol	40m	19,02m		
Badminton (5 campos)	13,35m	6,11m		
Basquetebol	27,75m	15,03m		
Boccia (2 campos)	12,52m	6m		
Futsal	40m	20m		
Voleibol	17,87m	8,96m		
Hóquei	46,54m	22,1m		

Pav. André de Gouveia	40m	20m	800	715,73
Andebol	37,97m	18,85m		
Badminton (2 campos)	13,14m	6,07m		
Basquetebol	27,4m	15m		
Basquetebol 3x3 (3 campos)	18,85m	19m		
Boccia (2 campos)	12,58m	6m		
Futsal	37,97m	18,85m		
Ténis (Pares)	23,30m	11,06m		
Ténis (Individual)	23,30m	8,34m		
Voleibol	17,6m	9m		
Pav. Gabriel Pereira	47,5m	27,3m	1296,75	45,05 x 25,5 = 1148,78
Andebol	39,89m	20,10m		
Badminton (6 campos)	13,43m	6,04m		
Basquetebol	27,91m	15m		
Basquetebol 3x3 (3 campos)	25,11m	12,66m		
Futsal	39,89m	20,10m		
Voleibol	18m	9m		
Voleibol (medidas mais curtas)	17,92m	8,86m		
Sala Armas Gabriel Pereira	21,7m	8,58m	186,19	19,3 x 8,58 = 165,59
Pav. André de Resende	40m	19,92m	796,8	683,72
Andebol	37,90m	18,04m		
Badminton (3 campos)	13,22m	6,14m		
Basquetebol	28,24m	14,97m		
Futsal	37,90m	18,04m		
Ténis (Pares)	23,5	10,85m		
Ténis (Individual)	23,5m	8,13m		
Voleibol	18,05m	9m		
Voleibol (medidas mais curtas)	17,92m	9,97m		
Sala Desporto Santa Clara	17,73m	10,78m	191,67	16,68 x 9,46 = 157,79
Badminton	13,45m	6,12m		
Basquetebol	16,68m	9,46m		
Voleibol	15,10m	7,64m		
Sala Desporto Galopim de Carvalho	10,54m	10,48m	110,46	110,46
Sala Desporto Canaviais	10,57m	10,41m	110,03	110,03

Piscina Municipal Coberta	16m	6m	96	96
Área Coberta Funcional			6190,31	
Área Desportiva				5260,59

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nas medidas recolhidas presencialmente

Das 13 instalações desportivas cobertas de gestão municipal mencionadas neste trabalho, 6 correspondem a pavilhões desportivos, 6 a salas de desporto e apenas 1 a piscina coberta. Realizando uma breve caracterização das 13 instalações, os 6 pavilhões desportivos estão inseridos em contexto escolar, sendo por isso utilizados durante horário escolar para aulas e, após o mesmo, para atividades extracurriculares ou por outras entidades, nomeadamente clubes. Das 6 salas de desporto, também todas estão inseridas em contexto escolar, estando 3 em escolas do primeiro ciclo e as restantes em escolas do segundo e terceiro ciclo e secundária. Desta forma, pode concluir-se que, grande parte da área desportiva coberta de gestão municipal, se insere nas escolas. Das 13 instalações, 4 delas: Pavilhão da Escola Secundária Severim de Faria; Sala de Desporto da Escola Secundária Severim de Faria; Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Gabriel Pereira e Sala de Armas, são propriedade do Ministério da Educação, no entanto são administradas pela CME.

Através do quadro acima é possível observar as medições das várias instalações cobertas de gestão municipal, quer da sua área útil quer da sua área desportiva, ou de jogo. As medições foram realizadas recorrendo a uma fita métrica e realizado duas vezes para efeitos de confirmação. Ainda assim, trata-se de um processo moroso, tem riscos, pelo que os valores, caso não sejam totalmente fidedignos, assemelham-se bastante, possibilitando a obtenção de uma ideia das medições das instalações em causa. Posto isto, é importante fazer a distinção entre área útil e área de jogo. Desta forma, a área útil medida, corresponde à área do edifício propriamente dito, não relevando qualquer linha, isto é, comprimento da instalação, parede a parede, bem como a largura também de parede a parede. Por outro lado, a área desportiva, ou de jogo, corresponde à área do campo de jogo, onde decorre a prática que, em muitos dos casos, diz respeito ao comprimento e largura das linhas laterais e de baliza, ou finais, respetivamente, dos campos de futsal e andebol.

Após estes valores terem sido recolhidos e, posteriormente, guardados em bases de dados, procurou realizar-se um cruzamento entre as medições obtidas e os valores normativos de cada modalidade no que toca a área de jogo com o propósito de averiguar se alguma das instalações cobertas em causa detém as medições oficiais e condições necessárias para receber provas de cariz oficial. Foi contabilizada uma área útil de cerca 6190 metros quadrados e uma área desportiva de cerca de 5261 metros quadrados distribuídas por 13 instalações desportivas.

Começando pela modalidade do andebol, de acordo com a página oficial da federação portuguesa de andebol, o terreno de jogo tem de possuir 40 metros de comprimento e 20 metros de largura, possuir duas áreas de baliza e área de jogo. Para além destes requisitos, deve conter uma área de segurança em redor de todo o terreno com largura mínima de 1 metro na zona das linhas laterais e 2 metros na zona das linhas de saída da baliza. A única instalação que cumpre minimamente os requisitos para receber provas de cariz oficial é o pavilhão da Escola Gabriel Pereira. Há que referir que a área de jogo não corresponde às medidas do terreno de jogo para a modalidade do andebol ou futsal. Como é possível observar, na coluna “Área Desportiva m²”, os valores são 45,05 metros de comprimento e 25,5 metros de largura, ou seja, o campo de andebol está inserido dentro destas medidas, pelo que, para além dos requisitos das medições do terreno de jogo serem atendidos, também os valores para a zona de segurança, se encontram correspondidos. De notar que a instalação em causa, apresenta 3 balneários – masculino, feminino e de árbitros, para além de possuir ainda duas instalações sanitárias para o público e um balneário para professores, dado que a instalação corresponde a um pavilhão de uma escola. Este pavilhão já recebeu vários jogos da modalidade em causa por se constituir uma instalação com os requisitos necessários para tal quer a nível de medidas e linhas, quer a nível de infraestruturas.

No que diz respeito à modalidade do badminton, as medidas apresentadas na página oficial da Federação Portuguesa de Badminton são de 5,18 e 6,10 metros de largura para jogos de singulares e pares respetivamente, e 13,40 metros de comprimento. Embora nenhuma das instalações detenha, concretamente, as medidas aprovadas pela Federação Portuguesa de Badminton, três delas: Sala de Desporto da Escola Básica Santa Clara, Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira (6 campos) e Pavilhão da EB1/JI Manuel Ferreira Patrício (5 campos), possuem medidas semelhantes. Ainda que as competições oficiais de badminton estejam dependentes de outros fatores como por exemplo rede, postes, volante e raquete, os presentes campos da modalidade em causa são utilizados para receber provas do desporto escolar, não oficiais e para clubes locais treinarem e até mesmo competirem com os ajustes necessários.

Segue-se a modalidade do basquetebol, onde as medidas aprovadas pela Federação Portuguesa de Basquetebol, presentes na sua página oficial, para o terreno de jogo são 28 metros de comprimento e 15 metros de largura e ainda uma área que rodeio o campo, de pelo menos 2 metros, com a finalidade de separar o jogo de agentes externos como treinadores, treinadores adjuntos, substitutos, jogadores excluídos e acompanhantes de equipa. À semelhança da modalidade do Badminton, também nenhuma das instalações possui os valores concretos aprovados pela Federação ainda que bastante semelhantes. Há ainda algumas instalações que possuem campos de basquetebol 3x3. De acordo com a página oficial da Federação de Basquetebol para esta variante reduzida da modalidade, o terreno de jogo deverá

possuir 15 metros de largura e 11 metros de comprimento. Embora nenhuma das instalações apresente as medidas oficiais, os campos são utilizados para a prática em contexto escolar.

No que toca ao Futsal, e de acordo com a página oficial da Federação Portuguesa de Futebol, as medidas do comprimento podem variar entre, no máximo 42 metros e no mínimo 36 metros, e para a largura, variam entre 25 metros no máximo e 18 metros no mínimo. Para além das medidas do terreno de jogo, a altura mínima do teto do recinto tem que ter, obrigatoriamente, 4 metros e é requerida uma zona neutra de pelo menos 2 metros que circunde os limites exteriores da superfície de jogo, ainda que em provas distritais este valor possa ser reduzido para 0,5 metros exceto no lado dos bancos de técnicos e substitutos, onde a distância deverá ser, no mínimo, 1 metro. Existem quatro instalações que atendem aos valores normativos impostos pela Federação Portuguesa da Modalidade, Pavilhão da EB 2/3 André de Resende, Pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira, Pavilhão da Escola Secundária André de Gouveia e Pavilhão da EB1/JI Manuel Ferreira Patrício sendo que este último, a prática da modalidade está condicionada uma vez que apresenta uma estrutura de madeira e ferro, para a prática de hóquei e patinagem, pelo que condiciona a segurança dos praticantes. Assim sendo, embora apresente medidas que satisfaçam os parâmetros, não seria possível este pavilhão receber uma competição oficial.

Segue-se o voleibol onde, de acordo com a página oficial da Federação Internacional de Voleibol, o terreno de jogo representado por um retângulo, tem de apresentar 18 metros de comprimento e 9 metros de largura rodeado por uma zona neutra de pelo menos 3 metros em todos os lados. O recinto tem de possuir, no mínimo 7 metros de altura medidos a partir da superfície de jogo e em competições mundiais e internacionais, este valor aumenta para 12,5 metros. Ainda neste contexto internacional, a zona neutra aumenta também de 3 metros para, no mínimo 5 nas linhas laterais e para 6,5 metros nas linhas de fundo. Existem duas instalações que possuem as medidas oficiais, pavilhão da Escola Secundária Gabriel Pereira e Pavilhão da Escola Secundária Severim de Faria embora algumas das restantes tenham medidas bastante semelhantes também.

No que diz respeito a modalidades em que as linhas são menos frequentes, Boccia e Ténis, começando pelo ténis, embora as medidas variem consoante a cor da bola e, consequentemente, a fase de aprendizagem, as medidas para um court de tamanho oficial são de 23,77 metros de comprimento e 8,23 metros de largura para singulares, e 23,77 metros e 10,97 metros de largura para pares. Ainda que apenas duas instalações possuam linhas para a prática da modalidade, nenhuma possui as medições aprovadas pela Federação para receber provadas oficiais. Segundo a Federação Portuguesa de Boccia, o terreno de jogo corresponde a um retângulo com 12,5 metros de comprimento, onde cada calha possui 2,5 metros de comprimento, e 6 metros de largura, divididos por 6 calhas de 1 metro cada. Embora sejam cada vez mais os pavilhões e recintos e implementarem as linhas desta modalidade, e a incluírem-na

no quadro de estudos, apenas uma instalação possui o terreno de jogo com as medições adequadas, sendo ele o pavilhão da EB1/JI Manuel Ferreira Patrício. Importante mencionar que, ainda que em ascensão, a modalidade do Boccia, no concelho de Évora, detém pouco peso, pelo que o terreno de jogo é improvisado com fita adesiva, sendo utilizado, maioritariamente para provas do desporto escolar.

Existe uma única instalação, pavilhão da EB1/JI Manuel Ferreira Patrício, que recebe a modalidade do hóquei em patins e patinagem artística. De acordo com a Federação Portuguesa de Patinagem, as medidas de um campo de hóquei são 44 metros de comprimento e 22 metros de largura. A instalação em questão ultrapassa as medidas estabelecidas, no entanto o recinto recebe competições dos clubes locais.

Relativamente às salas de desporto que constam na lista, representam salas polivalentes inseridas em escolas do primeiro ciclo, do 1º ao 4º ano, com menos de 120m², utilizadas para realizar sessões de AFD (atividade física e desportiva), direcionada para o público alvo que frequenta as respetivas escolas. Também a piscina municipal coberta representa um chapinheiro direcionado para atividades aquáticas para as várias faixas etárias visando o lazer, aprendizagem e formação e detrimento da competição.

Importante frisar que, como foi dito anteriormente, das 13 instalações desportivas cobertas de gestão municipal em análise, 6 correspondem a pavilhões e 6 a salas de desporto onde as 12 estão inseridas em contexto escolar pelo que, as infraestruturas e equipamentos foram concebidos, direcionados para a vertente de educação não tendo em vista receber provas oficiais de qualquer modalidade, ainda que determinadas instalações possam receber provas oficiais com as devidas alterações, sendo algumas delas anfitriãs de competições de cariz distrital.

8.5 Utilização das Instalações Desportivas

Através de documentos internos produzidos por técnicos superiores da CME, foi possível cruzar o número de instalações desportivas de gestão municipal com o número de horas de utilização, referentes ao ano de 2023. Na contagem de horas, as salas de desporto das escolas EB1 Canaviais, EB1 Galopim de Carvalho, EB 2/3 Santa Clara, Escola Secundária Severim de Faria não entram na listagem dado não haver entidades ou clubes a requerer as suas instalações para a prática de atividades. Desta forma, as instalações onde o número de horas foi contabilizado foram os 6 pavilhões, a sala de desporto da Escola EB 2/3 Conde Vilalva e a sala de armas da Escola Secundária Gabriel Pereira, ou seja, 8 espaços.

A metodologia utilizada para a recolha de dados foi o registo manual em papel. Os dados foram recolhidos por observação, contagem manual e, posteriormente, registados pelo assistente operacional no local em folha disponibilizada pela DJD. Após o preenchimento mensal, a ficha foi entregue ao serviço administrativo da escola que digitalizou e enviou para a DJD via email. Após a receção e devido registo no sistema de gestão documental, os serviços da DJD lançaram manualmente os dados recolhidos via excel.

Como dito anteriormente, o município dispõe dos pavilhões escolares no horário pós-letivo, ou seja, extracurricular, de segunda a sexta das 17h30/18h às 23h, contabilizando uma média de 25 horas semanais, e aos fins de semana das 9 às 22h, contabilizando uma média de 28h aos sábados e domingos. Desta forma, hipoteticamente, contabilizam-se cerca de 53 horas semanais por pavilhão, cerca de 200 horas mensais por pavilhão e 1200 horas mensais no total de 6 pavilhões e 2 salas de desporto, sendo estes valores convencionados. São 21 as entidades que utilizam estas instalações para as suas atividades.

Tabela 5 - Utilização dos Pavilhões e Salas de Desporto no ano de 2023

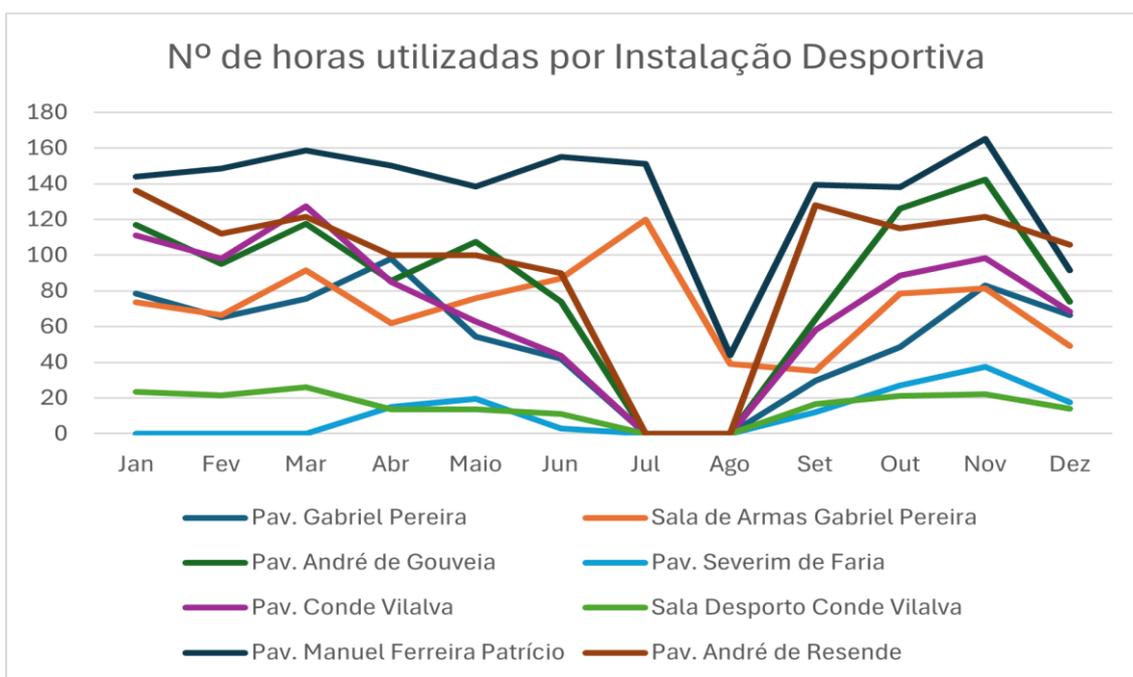
	Pav Gabriel Pereira	Sala Armas Gabriel Pereira	Pav André de Gouvei a	Pav Severi m de Faria	Pav Conde Vilalva	Sala Conde Vilalva	Pav Manuel Ferreira Patrício	Pav André Resen de
Jan	78,5	73,5	117,0	0,0	111,0	23,5	144,0	136,0
Fev	65,0	66,5	95,0	0,0	98,0	21,5	148,5	112,0
Mar	75,7	91,5	117,5	0,0	127,5	26,0	158,5	121,5
Abr	98,0	62,0	85,5	15,0	85,0	13,5	150,0	100,0
Mai	54,5	76,0	107,5	19,5	63,0	13,5	138,5	100,0
Jun	42,0	87,0	74,0	3,0	43,5	11,0	155,5	90,0

Jul	0,0	120,0	0,0	0,0	0,0	0,0	151,0	0,0
Ago	0,0	39,0	0,0	0,0	0,0	0,0	44,0	0,0
Set	29,5	35,0	64,0	12	58	16,5	139,5	128,0
Out	48,5	78,5	126,0	27,0	88,5	21,0	138,0	115,0
Nov	83,0	81,5	142,5	37,5	98,5	22,0	165,0	121,5
Dez	66,5	49,0	74,0	17,5	68,5	14	91,5	106,0
total	641,0	859,5	1003,0	131,5	841,4	182,5	1623,5	1130,0

Anual	6412,,50 horas
--------------	-----------------------

Fonte: Documentos Internos CME - Total de Horas de 2023 – 6412,5 horas com média de 534,4h/mês

Figura 20 - Número de horas utilizadas por Instalação Desportiva no ano de 2023



Através da plataforma Excel, e tendo por base a tabela “Taxas de Aproveitamento de Pavilhões e Salas 2023”, é possível construir um gráfico onde, visualmente, se pode observar a ascendência do pavilhão da EB1/JI em relação às outras instalações no que diz respeito a contagem de horas. Tendo uma quebra acentuada do número de horas no período do verão (julho e agosto), possui apenas dois valores abaixo das 100 horas mensais, permitindo assim que contabilize um total de 1623 horas, correspondente a um aproveitamento de quase 70%. Em contrapartida, o pavilhão da escola secundária Severim de Faria contabilizou um total de 131,5 horas, correspondente a um aproveitamento de apenas 5%, não ultrapassando em qualquer mês as 40 horas mensais. Também com valores bastante reduzidos, surge a sala de desporto da

escola Conde Vilalva que contabilizou 182,5 horas, correspondente a um aproveitamento de 8%, com valores mais consistentes e menos díspares, no entanto não ultrapassando sequer as 30 horas mensais.

Se se considerar 200h, 100% do aproveitamento da Instalação Desportiva, a percentagem de aproveitamento dos Pavilhões e salas é maior no pavilhão Manuel Ferreira Patrício com uma taxa de aproveitamento de quase 70% sendo a única instalação desportiva a alcançar os 50%.

Figura 21 – Taxas de Aproveitamento dos Pavilhões e Salas

	Pav ESGP	%	Armas GP	%	Pav ESAG	%	Pav SSF	%	Pav CV	%	Sala CV	%	Pav MFP	%	Pav EBAR	%
J	78,5	39%	73,5	37%	117	59%	0	0%	111	56%	23,5	12%	144	72%	136	68%
F	65	33%	66,5	33%	95	48%	0	0%	98	49%	21,5	11%	149	74%	112	56%
M	75,5	38%	91,5	46%	117,5	59%	0	0%	128	64%	26	13%	159	79%	121,5	61%
A	98	49%	62	31%	85,5	43%	15	8%	85	43%	13,5	7%	150	75%	100	50%
M	54,5	27%	76	38%	107,5	54%	20	10%	63	32%	13,5	7%	139	69%	100	50%
J	42	21%	87	44%	74	37%	3	2%	43,5	22%	11	6%	155	78%	90	45%
J	0	0%	120	60%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	151	76%	0	%
A	0	0%	39	20%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	44	22%	0	%
S	29,5	15%	35	18%	64	32%	12	6%	58	29%	16,5	8%	140	70%	128	64%
O	48,5	24%	78,5	39%	126	63%	27	14%	88,5	44%	21	11%	138	69%	115	58%
N	83	42%	81,5	41%	142,5	71%	38	19%	98,5	49%	22	11%	165	83%	121,5	61%
D	66,5	33%	49	25%	74	37%	18	9%	68,5	34%	14	7%	91,5	46%	106	53%
T	641	27%	859,5	36%	1003	42%	132	5%	842	35%	183	8%	1624	68%	1130	47%

É possível observar o cruzamento entre as 8 instalações desportivas e o número de horas por mês em que cada instalação foi frequentada. Assim sendo, pode efetuar-se também o cruzamento entre as entidades que solicitam a utilização das instalações com o número de horas que gastam por mês. As 21 entidades que utilizam as instalações são o Lusitano Évora Clube, Escola Secundária de Alcabideche, Partido Comunista Português, Atletismo Évora, NAFE Árbitros, Particulares, Salesianos, Serviços Sociais CME, Juventude Sport Clube, Associação de Basquetebol do Alentejo, Lusitano Ginásio Clube, Associação de Futebol de Évora, CI Badminton de Évora, Capoeira Alto Astral, AMB Torregela, GDR Canaviais, Évora Andebol Clube, GDDIANA, EGYM, GDR André de Resende e Inter SC.

Figura 22 - Utilização anual dos pavilhões por entidade no ano de 2023

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOT
INTER SC	197	164	209	166	126	93,5	0	0	122	165	193	131	1565
GDRAR	95	89	103	99	85	69	0	0	115	112	112	98	975
EGYM	74	66,5	91,5	62	76	87	120	39	35	78,5	82	49	859,5
GDDIANA	79	57	65,5	79	72	109	56	24	63	63	68	41	775
EAC	108	79	104	58	89	46,5	0	0	36,5	85,5	105	65	775
GDRC	42	56	48,5	41	47	36	49	14	49	40	48	26	495,5
Torregela	12	26,5	29,5	12	11	26,5	0	0	20,5	27,5	60	24	248
Capoeira	24	21,5	26	14	14	11	0	0	16,5	21	22	14	182,5
CBE	11	10,5	13,5	9	14	10,5	47	6	12	12	14	6	164,5
AFE	10	7,5	7,5	41	12	3	0	0	0	6,5	0	6	93
LGC	12	12,5	13	3,5	0	0	0	0	0	14	19	9	82,5
ABA	20	12,5	13	3,5	0	0	0	0	0	7,5	14	7	67,5
JSC	0	0	0	6	14	0	0	0	0	7,5	14	7	47,5
SSCME	1,5	4,5	6	4	5	3	0	0	0	0	0	0	24
Salesianos	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Particulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	7	5	16
Árbitros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	3	10
AAÉvora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6
PCP	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Esc Alcavid	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
LEC	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3

Figura 23 - Total de Horas de Utilização de Instalação por Entidade em %



Na figura acima, é possível observar um gráfico circular que retrata o número total de horas de utilização por entidade, em valores percentuais. Com quase um quarto do valor total de horas, 24%, surge o Inter SC. Segue-se o GDRAR com um valor relativamente mais baixo, 15%. De seguida, com valores bastante semelhantes, seguem-se o EGYM, a GDDIANA e o EAC com valores de 13%, 12% e 12% respetivamente. Com 8% do total de horas, apresenta-se o GDRC. As restantes entidades, detêm valores irrisórios inferiores a 4%, inclusive – AMB Torregela com 248 horas que corresponde a 4%; Capoeira Alto Astral com 183 horas que corresponde a 3%; CI Badminton Évora com 165 horas que corresponde a 3%; Associação de Futebol de Évora com 93 horas que corresponde a 1%; Lusitano Ginásio Clube com 83 horas que corresponde a 1%; Associação de Basquetebol do Alentejo com 68 horas que corresponde a 1%; Juventude Sport Clube com 48 horas que corresponde a 1%. Através do gráfico circular e da tabela “Utilização anual dos pavilhões por entidade”, é possível aferir que existe uma realidade bastante díspar entre as entidades que frequentam as instalações desportivas, havendo um mínimo de 3 horas e um máximo de 1565 horas, criando assim uma amplitude significativa entre ambos de 1562 horas.

8.6 Normativa Europeia por Equipamento

De acordo com as normativas da DGOTDU (2002), existe um parâmetro para cada tipologia de instalação desportiva que cruza o número de habitantes e o número de metros quadrados numa determinada zona.

Tabela 6 - Critérios de Programação de Instalações Desportivas

Tipologia	(m ² / habitante)	População Base
Grandes Campos de Jogos	2,00	Mínimo 2500 habitantes
Pistas de Atletismo	0,80	Mínimo 7500 habitantes
Pequenos Campos de Jogos	1,00	Mínimo 800 habitantes
Pavilhões e Salas de Desporto	0,15	Mínimo 3000 habitantes
Piscinas Cobertas	0,03	Mínimo 5000 habitantes

Fonte: Adaptado de DGOTDU (2002)

Uma vez que as instalações em análise são instalações cobertas de gestão municipal, a linha que vai ser tida em conta é a linha a azul que diz respeito aos pavilhões e salas de desporto. Assim sendo, e realizando o somatório da área desportiva coberta, o seu total é de, aproximadamente, 5261 metros quadrados. Somando também o número de habitantes por freguesia pelas quais as instalações se distribuem, obtém-se um total de 46 966 distribuídos pelas freguesias de Bacelo e Sra. Da Saúde, Malagueira e Horta das Figueiras, Santo Antão e Canaviais. Dividindo o valor da área desportiva pelo número de habitantes, resulta num rácio de

0,11, isto é, abaixo do nível desejado. No entanto, as instalações cobertas em análise são de gestão municipal, havendo inúmeras que não pertencem à CME, e que certamente contribuiriam para o aumento deste rácio, destacando exemplos significativos, surge o pavilhão desportivo do Juventude Sport Clube, o pavilhão e salas de desporto dos Salesianos de Évora, a piscina coberta do AMINATA e a sala de desporto e pavilhão da Universidade de Évora. O rácio de 0,11 é apenas ilustrativo dado que a amostra em questão é diminuta comparativamente com a realidade de instalações desportivas cobertas do concelho de Évora, no entanto, estando abaixo da norma europeia para esta tipologia de instalação, ainda que figurativo, este valor poderia sugerir a ponderação em edificar novas instalações.

8.7 Licenciamento de Instalações Desportivas

De acordo com a página do IPDJ, o licenciamento dos projetos de Instalações Desportivas para o Espetáculo Desportivo (artigos 8.º e 9.º do Decreto de Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio. RJID) depende do parecer favorável do IPDJ. As instalações Desportivas de Base (recreativas e formativas) a que se referem os artigos 6.º e 7.º do RJID, não carecem de parecer do IPDJ (página do Instituto Português do Desporto e da Juventude)

O procedimento para a obtenção da licença passa por uma consulta às entidades que, nos termos da lei, devem emitir parecer, autorização ou aprovação sobre o pedido, consulta essa que é promovida pela respetiva Câmara Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE). No caso das instalações desportivas que carecem de parecer do IPDJ, IP, os interessados podem solicitar previamente o parecer desta entidade (página do Instituto Português do Desporto e da Juventude).

Ao abrigo do artigo 13.º do RJID, as Câmaras Municipais são responsáveis pelo licenciamento bem como pela emissão da autorização da utilização e ainda pela emissão do alvará de utilização das instalações desportivas e de acordo com o artigo 13.º do Decreto -Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, presente no diário da república, compete ainda às Câmaras Municipais efetuar e manter atualizados os registos das instalações desportivas disponíveis no concelho.

Neste momento, existem apenas duas instalações desportivas no concelho de Évora com licença de utilização – Clube Ténis de Évora e o AMINATA. O baixo número de instalações a possuir licença de utilização deve-se, por exemplo, a não possuírem acesso para pessoas com deficiência, à presença de amianto no edifício ou infraestrutura, à diminuta segurança no teto ou na estrutura da instalação que condiciona a prática, ao reduzido tamanho das zonas de

segurança, entre outros pressupostos que impossibilitam a obtenção da licença. A Câmara Municipal de Évora possui, atualmente, um programa de apoio ao incentivo para licenciamento de instalações desportivas.

Existem entidades que realizam fiscalizações às instalações, nomeadamente para averiguar se estas possuem a licença de utilização. Caso se tratem de instalações desportivas municipais, a entidade responsável é a ASAE, de acordo com o n.º 1 artigo do 22.º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, sem prejuízo das competências previstas para outras autoridades administrativas e policiais. Se se tratarem de instalações desportivas não municipais, são as camaras municipais, ASAE e outras autoridades administrativas e policiais que se encarregam pela fiscalização das instalações.

9 ATIVIDADES REALIZADAS NA CME

O início das funções na Divisão de Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Évora teve início concreto no dia 18 de outubro.

- Participação num Brainstorming sobre alimentação e sustentabilidade na EB 2/3 Santa Clara com uma turma de 6^a ano no âmbito do Dia Mundial da Alimentação – 24 de outubro de 2023

De acordo com as competências de um Técnico Superior da Divisão de Juventude e Desporto, os domínios de intervenção, segundo a lei orgânica, artigo 14.º, são a juventude e a promoção desportiva e estilos de vida saudável. A atividade em questão, insere-se no segundo domínio. Assim sendo, cabe à DJD desenvolver, apoiar e incentivar projetos que promovam a atividade física e desportiva regular nas várias faixas etárias, bem como desenvolver iniciativas que visem promover estilos de vida saudável. Como estagiário da DJD, participei nesta iniciativa com a Dra. Teresa Engana onde, juntamente com os alunos da turma do 6º ano, desenvolvemos um Brainstorming alusivo ao Dia Mundial de Alimentação com esclarecimento de dúvidas, atividades subjacentes à temática, questionários com vertente competitiva e no final, uma sessão de consciencialização sobre os problemas associados. Considero bastante pertinente este tipo de iniciativas uma vez que as competências de um técnico superior de desporto não se cingem única e exclusivamente ao desporto propriamente dito. A alimentação e o desporto andam de mãos dadas e relacionam-se intrinsecamente, pelo que, são relevantes e significativas, estas atividades.

- Participação numa reunião interna de pessoal da CME – 25 de outubro de 2023

A Divisão de Desporto e Juventude reúne às quartas feiras para debaterem a realidade desportiva do concelho. Tive a oportunidade de poder assistir a uma reunião interna de pessoal e desta forma podem vivenciar de perto, parte do processo da discussão e debate relativamente ao Desporto no Concelho. Foi-me concedida a oportunidade de participar em várias reuniões camarárias. Reitero a importância da participação neste tipo de reuniões uma vez que me foi possível fazer uma aproximação daquilo que são a realidade e funções de uma autarquia. Como futuro gestor desportivo, julgo de grande pertinência a marcação e realização deste tipo de reuniões para traçar objetivos que visem a promoção de melhores condições desportivas e associativismo desportivo para os munícipes.

- Participação num Brainstorming sobre alimentação e sustentabilidade na EB 2/3 Santa Clara com uma turma de 5ª ano no âmbito do Dia Mundial da Alimentação – 26 de outubro

De acordo com as competências de um Técnico Superior da Divisão de Juventude e Desporto, os domínios de intervenção, segundo a lei orgânica, artigo 14.º, são a juventude e a promoção desportiva e estilos de vida saudável. A atividade em questão, insere-se no segundo domínio. Assim sendo, cabe à DJD desenvolver, apoiar e incentivar projetos que promovam a atividade física e desportiva regular nas várias faixas etárias, bem como desenvolver iniciativas que visem promover estilos de vida saudável. Como estagiário da DJD, participei nesta iniciativa com a Dra. Teresa Engana onde, juntamente com os alunos da turma do 6º ano, desenvolvemos um Brainstorming alusivo ao Dia Mundial de Alimentação com esclarecimentos de dúvidas, atividades subjacentes à temática, questionários com vertente competitiva e no final uma sessão de consciencialização sobre os problemas associados. Considero bastante pertinente este tipo de iniciativas uma vez que as competências de um técnico superior de desporto não se cingem única e exclusivamente ao desporto propriamente dito. A alimentação e o desporto andam de mãos dadas e relacionam-se intrinsecamente, pelo que, são relevantes e significativas, estas atividades.

- Participação no Concelho Regional de Jovens – design thinking sobre alterações climáticas com 3 turmas do décimo ano no Teatro Garcia de Resende – 6 de novembro

Como mencionei anteriormente, as competências de um técnico superior da Divisão de Desporto e Juventude passam por sensibilizar a população para a promoção de estilos de vida saudáveis. Logo, as alterações climáticas direta ou indiretamente, estão relacionadas com este tópico. É de enorme pertinência organizar este tipo de iniciativas pois, através dos mesmos, podemos perceber se os jovens pretendem desempenhar participação ativa, ou ter voz ativa nas questões sociais e que lhes dizem também respeito. Estas atividades servem também para poder sensibilizar a população mais jovem relativamente à parte urbanística, à sustentabilidade e fomentar a utilização de espaços verdes. Também com a Dra. Teresa Engana, promovemos atividade em grupo sobre a temática em causa, com apresentação dos trabalhos elaborados e posterior discussão para debater e constatar as diferentes perspetivas. Atribuo bastante importância a este tipo de iniciativa pois permite à faixa etária mais jovem desenvolver e criar pensamento crítico e expressar-se sobre determinadas temáticas atuais.

- Participação no projeto “INCLUSIVO” nas piscinas municipais de Évora – ténis de mesa, mini golf e caminhada solidária – 9 de novembro de 2023

Cabe à autarquia promover a inclusão no desporto e apoiar as iniciativas desportivas a nível do concelho. A DJD, no concelho de Évora, é responsável pelo fomento do associativismo desportivo e cabe-lhe participar nos processos de apoio às atividades de cariz recreativo bem como suportar as iniciativas socio-desportivas e dinâmicas associativas. É de notória importância relevar estas atividades e eventos de modo a combater o estigma e deitar abaixo assimetrias e lacunas existentes no que diz respeito ao desporto adaptado. Desta vez com o técnico superior de desporto da DJD, Pedro Silva, promovemos várias atividades para pessoas com deficiência das diversas entidades do concelho. No decorrer das atividades, ténis de mesa e mini golf, colaborei ajudando os participantes na execução dos gestos técnicos.

- Participação no Seminário “Jogos Tradicionais, Crianças e Brincar” no Instituto Politécnico de Beja com o Professor Carlos Neto – 14 de novembro de 2023

Juntamente com a Dra. Teresa Engana e com o técnico superior Pedro Silva, dirigimo-nos ao Instituto Politécnico de Beja para assistir ao Seminário “Jogos Tradicionais, Crianças e Brincar” com a participação do catedrático Professor Carlos Neto. Este tipo de Seminários e sessão de exposição de conteúdos, é fundamental para enriquecer o reportório de conhecimento relativo aos jogos tradicionais, temática frequentemente presente nas atividades proporcionadas por uma autarquia. Assim sendo, considero fundamentais estes momentos de aprendizagem e partilha que diversificam e enriquecem as competências de um técnico superior de desporto

- Participação no dia dos jogos tradicionais na EB1/JI Manuel Ferreira Patrício – 21 de novembro

Em várias ocasiões, juntamente com o técnico superior Pedro Silva e com outros professores das Atividades Extracurriculares, fomos às escolas divulgar os jogos desportivos tradicionais. No recinto da escola, apresentámos alguns dos jogos desportivos tradicionais e deixámos que os alunos experimentassem os jogos, ajudando quando necessário e inclusive jogando com os alunos. A CME tem como competência, na área do desporto, apoiar e divulgar a promoção desportiva da cidade enquanto património bem como as outras restantes iniciativas desportivas a nível do concelho. Desta forma, é importante que junto das escolas, a CME desenvolva o seu papel e proporcione aos jovens estas vivências para que experimentem e se instruem relativamente aos jogos tradicionais.

- Participação na organização da Meia Maratona de Évora – 24,25 e 26 de novembro de 2023

Nos três dias em que decorreu todo o evento, tive a oportunidade de fazer parte da equipa de organização. A meia maratona de Évora é um dos eventos mais consagrados com concelho, que move dezenas de pessoas, sejam eles participantes ou até mesmo espetadores.

No primeiro dia desempenhei como função a entrega dos kits para a prova que decorreria nos dias seguintes. Através de um software informático disponibilizado pela equipa contratada pela CME para dar auxílio nas contagens e validação de inscrições, fui também responsável por validar inscrições de vários participantes. Nos dias de prova, juntamente com o Professor Jorge Vicente, ajudei na marcação do percurso e após o término da prova, a retirar os marcadores. Considero que eventos desta magnitude são fundamentais para o concelho, servindo de catalisador para o desenvolvimento desportivo do mesmo. Para além de mover muita gente, promove um estilo de vida ativo e saudável.

- Participação no Jardim de Natal – Pista de Gelo – 13 de dezembro a 22 de dezembro

No decorrer do Jardim de Natal organizado pela CME, desempenhei funções como professor ajudante na pista de gelo. Com mais de 4000 acessos à pista de gelo, tive como principal função ajudar participantes que se sentiam pouco à vontade com a modalidade. A pedido da Dra. Teresa Engana, juntamente com uma colega, também estagiária, elaboramos um questionário e concebemos uma ficha de utilização para contabilizar o número de acessos à pista de gelo, discriminado por sexo e ano de nascimento. A pista teve, aproximadamente, um custo de 60 000 euros mais IVA que, divididos pelos 4180, resultou num valor de 14,40 euros por cabeça. À semelhança da Meia Maratona de Évora, no entanto num panorama mais reduzido, este evento é ilustrativo da preocupação da CME em promover o desporto, nesta situação, em contexto de lazer. Aliando o Jardim de Natal à pista de gelo nele inserida, promovem-se, simultaneamente a vertente comercial e desportiva.

- Participação num Seminário sobre substâncias ilícitas com alunos do ensino secundário das escolas do concelho – 14 de novembro de 2023.

A convite do Departamento da Juventude da CME, fui convidado para assistir a um seminário sobre substâncias ilícitas com 3 turmas do ensino secundário das escolas do concelho. A temática em causa relaciona-se com o Desporto na medida em que estas substâncias afetam a performance e saúde dos atletas e de quem as consome, pelo que considero estas sessões bastante relevantes para todas as faixas etárias

10 CONCLUSÕES

Depois de muito refletir após o término do estágio, considero que o trabalho desenvolvido na Divisão de Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Évora pode ser aproveitado para futuros planeamentos e decisões políticas e, desta forma, ser constituído como ferramenta de auxílio.

Como referido, juntamente com o meu orientador e com a chefe da Divisão de Juventude e Desporto, optámos por delinear uma lista de objetivos específicos que fossem, simultaneamente, úteis e profícuos para CME, direcionados para a temática do mestrado, que fizessem sentido e que fosse também exequíveis. Assim sendo, cogito que os objetivos foram cumpridos. No entanto, a Carta Desportiva Municipal ficou por terminar. Com mais tempo e recursos humanos dedicados única e exclusivamente a esta temática, o documento poderia ser desenvolvido com mais rigor e aprimorado.

A construção de novas instalações desportivas e edificação também de novos equipamentos retratam o desenvolvimento desportivo no concelho de Évora e o ascendente da procura por estilos de vida saudável e pela prática desportiva. A autarquia continua a desenvolver programas e iniciativas de modo a promover melhores condições aos praticantes e cidadãos.

Foi contabilizada uma área útil de 6190 metros quadrados e uma área desportiva de 5260 metros quadrados, dividida por 13 instalações sendo 6 delas pavilhões desportivos, 6 salas de desporto e 1 piscina coberta. De frisar que das 13 instalações, 12 estão inseridas em contexto escolar, logo, podemos afirmar que grande parte da área desportiva coberta de gestão municipal se encontra nos pavilhões e salas de desporto das escolas. Como dito na discussão de resultados, estas instalações foram concebidas para a educação não visando atender à vertente competitiva embora possam receber determinadas competições com as devidas alterações.

De acordo com Feitais (2008), a Carta Desportiva constitui um instrumento estratégico de planeamento e gestão que permite detetar e constatar carências, assimetrias e lacunas nas diversas infraestruturas desportivas existentes e em simultâneo estudar e projetar soluções de otimização dos equipamentos desportivos. É um documento que deve ser incorporado no planeamento de toda a Câmara Municipal.

Com a produção deste documento, visei contribuir para a atualização da Carta Desportiva do concelho, visto encontrar-se desatualizada, como também aumentar o meu conhecimento e noções relativamente à realidade desportiva do concelho de Évora. A atualização deste importante documento irá contribuir, futuramente, para planeamentos de novas instalações e equipamentos desportivos. Assim sendo, será fulcral dar continuidade ao trabalho

desenvolvido com o intuito de promover cada vez mais e melhores condições para a prática de atividade física e, desta forma, desencadear melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

10.1 Limitações do Estudo

A Carta Desportiva, por se constituir um documento estratégico fundamental na gestão e planeamento das instalações desportivas, requer bastante trabalho e dedicação de modo a aprimorar o seu conteúdo. Para tal, é necessária toda uma equipa por trás deste tipo de trabalho. Senti que as minhas competências eram limitadas no que tocou a debruçar-me no mundo daquilo que é a Carta Desportiva. Bem mais abrangente e complexo do que parece, obrigou-me a estudar e a procurar a fundo bastante informação que até à data desconhecia.

Na recolha de dados também se levantaram problemas uma vez que as instalações em causa se tratavam de pavilhões e salas de desporto escolares logo, para proceder ao levantamento das medições tive que me dirigir aos locais às quartas feiras, depois da hora de almoço, horário em que havia desporto escolar ou que não se encontrava ninguém a frequentar as instalações.

Ainda que seja visto por alguns como um documento fundamental, infelizmente, a Carta Desportiva foi bastante desvalorizada e alvo de pouca importância pelo que este fator se constituiu um handicap na atualização dos dados existentes que remontam ao ano de 2009/2010.

10.2 Estudos Futuros

O presente trabalho abordava as instalações desportivas cobertas de gestão municipal. No futuro poderá ser interessante e benéfico para o município expandir a contagem de instalações cobertas e não cobertas, mas abrangendo as de não gestão municipal. Como foi possível observar, a amostra para este trabalho era reduzida, podendo, em estudos futuros, consoante a via escolhida, dilatar.

Existem várias freguesias sem equipamentos cobertos quer de gestão municipal quer de gestão não municipal. Seria interessante agrupar os equipamentos desportivos por freguesia e averiguar assimetrias existentes de modo a conjecturar programas e soluções para promover o não acentuar dessas lacunas.

Poderia ser do interesse do município realizar a comparação com outros concelhos com o propósito de entender e perceber a realidade desportiva do concelho, não se cingindo apenas a instalações cobertas de gestão municipal podendo a amostra ser alargada para outro tipo de gestão ou para outras tipologias de equipamentos desportivos.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Camacho, L. M. C. R. (2018). Investimento Público ao Desporto: Estudo do impacto em Portugal Continental de 2005 a 2016 [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas
<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/25710>

Câmara Municipal de Cascais. (2010), Carta Desportiva

Carvalho, A. M. (1994). Desporto e autarquias locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional. *Campo das letras*.

Carvalho, M. J., Ferreira, J., Sousa, M., & Paípe, G. (2023). As cidades europeias do desporto da região norte de Portugal: implicações no desenvolvimento do desporto local. *Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación*, (47), 978-985.

de Matos, V. M. F. P. (2013). Políticas Públicas Desportivas-Estudo de caso no Município de Braga.

Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de junho da Presidência do Conselho de Ministros.
Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: n.º 141, de 16/06/2009

Feitais, P. (2008). Planeamento desportivo municipal: justificação para a tomada de decisão no processo de construção de instalações desportivas em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Ferreira, F. M (2019). A Gestão de Eventos e Equipamentos Desportivos na Câmara Municipal de Gaia [Relatório de Estágio Profissionalizante, Universidade do Porto]. Repositório Aberto
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123624/2/363927.pdf>

Ferreira, F. D. A. (2022). *Estágio em Câmara Municipal do Seixal-Atualização da Carta Desportiva Municipal* (Master's thesis, Universidade de Évora).

Figueira, T. (2018). Políticas Públicas de Desporto: Estudo sobre municípios da área metropolitana de Lisboa [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Évora.

https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25705/1/Mestrado-Dire%C3%A7%C3%A3o_e_Gest%C3%A3o_Desportiva-Tiago_Miguel_Neves_Figueira-Pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_de_desporto....pdf

Guerreiro, J. F. G. (2023). *Políticas públicas de desporto nas autarquias locais: níveis de financiamento municipal na função Desporto em Portugal*

Lobão, L. A. T. M. (2013). Carta Desportiva Municipal A Conceção e desenvolvimento da carta desportiva no município de Matosinhos-Justificação para as opções tomadas no processo de construção das instalações desportivas Municipais (2004/2013).

Machado, J. E. O., Sarmiento, J. P., & da Silva, C. A. F. (2020). Perceções de lideranças sobre a atuação das autarquias locais no desenvolvimento do desporto em Portugal. *Podium*, 9(3), 539-567.

Magalhães, G. C. (2012). Gestão de Instalações Desportivas [Trabalho de Projeto, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora
<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14947>

Mestre, B., Sesinando, A., & Teixeira, M. (2023). Políticas Públicas de Desporto: Estudo de município no sul da Europa [Public Public Policies for Sport: Study focusing on a southern European municipality]. London, United Kingdom: Novas Edições Acadêmicas. [ISBN 978-620-5-50591-5]

Pires, G., Colaço, C., & Lopes, J. P. S. R. (2004). Desporto e desenvolvimento. *Povos E Culturas*, (9), 335-357. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2004.8836>

Rebello, A. (2019). Relatório de Estágio Realizado na Câmara Municipal de Odivelas no Âmbito da Gestão do Desporto [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19069>

Sousa, J. (2013). A gestão do desporto municipal. Análise ao desenvolvimento organizacional: estudo centrado na comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências]. Repositório Comum
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8909>

Tavares, J. V. L. (2016). Políticas desportivas e gestão do desporto no município de Lousada.

Tenreiro, F. J. S. (2004). Políticas Públicas no Desporto - a abordagem económica. *Povos e Culturas*, (9), 67-80.

<https://ipdj.gov.pt/documents/20123/133814/Carta+Europeia+do+Desporto.pdf/69432aa6-e8e2-ae85-24ce-76cc276d3dda?t=1582815203169>

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1532&tabela=leis&so_miolo=

<https://www.espiritoviajante.com/mapa-de-portugal-geografia-turismo/>

<https://geneall.net/pt/mapa/111/evora/>

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

<https://www.google.pt/maps/@38.9954378,-9.1411938,10z?hl=pt-PT>

https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/Normas_programacao_caracteriza%C3%A7%C3%A3o_EC.pdf

<https://ipdj.gov.pt/documents/20123/125500/Licenciamento+de+ID+2016.pdf/b08dc25c-a5dc-9144-a8c4-3dbe57c90e21?t=1575020540886>

<https://www2.cm-evora.pt/cartadesportiva/>

https://afl.pt/wp-content/uploads/2022/01/futsal-2021-2022_documentacao-regulamentos-2022.pdf

<https://portal.fpa.pt/wp-content/uploads/2019/05/Livro-de-Regras-2016.pdf>

https://www.fpb.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regras_Oficiais.pdf

<https://www.fpbadminton.pt/LeisDeJogo.pdf>

https://www.fpvoleibol.pt/regras_indoor/Regras_Oficiais_Voleibol_2021-2024.pdf

<https://3x3fpb.pt/wp-content/uploads/2019/07/Regras-FIBA-3x3-PT-3.pdf>

<https://www.tenis.pt/index.php/fomento/play-stay/caracteristicas>

https://desportoescolar.dge.mec.pt/sites/default/files/regras_de_boccia_-_desporto_escolar_21_22.pdf

<https://www.aplisboa.pt/outras-disciplinas/hoquei-em-linha/breve-resumo.html>